

CADERNO TÉCNICO

# SOCIALMENTE ENGAJADOS

REFLETINDO SOBRE INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL

ANDREA  
SILVEIRA

Andrea Silveira

# **SOCIALMENTE ENGAJADOS**

**Refletindo sobre  
intervenção psicossocial**

1a Edição

São Paulo  
2014



O trabalho “Socialmente engajados: refletindo sobre intervenção psicossocial”  
de Andrea Silveira está licenciado com uma  
[Licença Creative Commons - Atribuição - NãoComercial - CompartilhaIgual 3.0 Brasil](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/pt-br/).

Baseado no trabalho disponível em: <http://www.wontanara.com.br>.

## **CAPA E PROJETO GRÁFICO**

Wedologos

## **REVISÃO**

Neuzi Barbarini  
Maria Luiza da Silva Silveira

## **EDITORAÇÃO ELETRÔNICA**

Wedologos

## **ENDEREÇO PARA CONTATO**

[www.wontanara.com.br](http://www.wontanara.com.br)  
[andreasilveira@wontanara.com.br](mailto:andreasilveira@wontanara.com.br)

# SUMÁRIO

|                                                                                            |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Prefácio .....</b>                                                                      | <b>7</b>  |
| <br>                                                                                       |           |
| <b>1. O ponto de partida.....</b>                                                          | <b>9</b>  |
| <b>2. O que você pode encontrar aqui .....</b>                                             | <b>11</b> |
| <b>3. O lugar de onde falamos.....</b>                                                     | <b>13</b> |
| <b>4. Por onde começar?.....</b>                                                           | <b>18</b> |
| <b>5. Composição e formação da rede de intervenção .....</b>                               | <b>21</b> |
| <b>6. (Re)conhecendo o campo.....</b>                                                      | <b>28</b> |
| 6.1. Reflexão sobre a origem do convite ou demanda pelo trabalho.....                      | 28        |
| 6.2. Traçar a história do local .....                                                      | 29        |
| 6.3. Identificar as condições de vida e o modo de viver da comunidade .....                | 30        |
| 6.4. Identificar e contextualizar politicamente o território e momento<br>em questão ..... | 33        |
| 6.5. Identificar e analisar as necessidades .....                                          | 34        |
| 6.6. Identificar as forças vivas da comunidade .....                                       | 38        |
| 6.7. Identificar os recursos presentes e disponíveis .....                                 | 39        |
| <br>                                                                                       |           |
| <b>7. Um parêntesis para o registro de informações .....</b>                               | <b>41</b> |
| <b>8. Feedback do mapeamento.....</b>                                                      | <b>43</b> |
| <b>9. Estabelecer prioridades.....</b>                                                     | <b>45</b> |
| <b>10. Elaborar o plano de ação .....</b>                                                  | <b>47</b> |
| <b>11. Um parêntesis para a busca de recursos.....</b>                                     | <b>54</b> |
| <b>12. Feedback do plano de ação .....</b>                                                 | <b>57</b> |
| <b>13. Execução do plano de ação, monitoramento e avaliação<br/>    permanentes .....</b>  | <b>59</b> |
| <b>14. Feedback das avaliações .....</b>                                                   | <b>65</b> |
| <b>15. Fontes importantes para estudo.....</b>                                             | <b>67</b> |
| <br>                                                                                       |           |
| <b>Agradecimentos .....</b>                                                                | <b>81</b> |

Aos moradores da comunidade Jardim Santos Andrade, em Curitiba, e  
aos ribeirinhos do Baixo Madeira, Rondônia.

*“Eu sou um intelectual que não tem medo de ser amoroso, eu amo as gentes e amo o mundo. E é porque amo as pessoas e amo o mundo, que eu brigo para que a justiça social se implante antes da caridade.”*

*“Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes.”*

*“A teoria sem a prática vira ‘verbalismo’, assim como a prática sem teoria, vira ativismo. No entanto, quando se une a prática com a teoria tem-se a práxis, a ação criadora e modificadora da realidade.”*

*“É fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal maneira que num dado momento a tua fala seja a tua prática.”*

**Paulo Freire**

# PREFÁCIO

“Por onde começar?” É a pergunta que sempre se apresenta diante dos problemas sociais, tão comuns em nossa sociedade globalizada e tão carente de ferramentas eficazes de intervenção. Esta pergunta pode ser paralisante quando os problemas são graves e complexos, e eles quase sempre são, mas entregar-se ao sentimento de impotência que eles podem provocar é algo que a psicóloga Andrea Silveira nunca deixou acontecer. Generosamente, a autora nos apresenta as estratégias usadas nas suas experiências com trabalho comunitário, realizadas em vários contextos que ela preferiu não especificar no texto, mas que vão das regiões urbanas da cidade de Curitiba, à região ribeirinha de Rondônia e uma missão dos Médicos sem Fronteiras na África.

Este não é um livro de teorias, nem de reflexões filosóficas sobre o trabalho social. Mesmo sem usar exemplos, não é difícil identificar em cada tópico do caderno, situações concretas, que respondem às dúvidas, tanto de iniciantes quanto de pessoas mais experientes. Os diferentes momentos de um trabalho social são apresentados, não como um somatório de etapas independentes, mas como uma unidade que precisa ser compreendida na sua complexidade. Assim, Andrea chama a atenção para os pontos que julga mais importantes, convidando-nos a relacioná-los entre si e aprofundar em cada um deles.

Embora tenha optado por não filiar-se a nenhuma linha teórica específica para escrever esse caderno, há uma preocupação clara em definir a que veio. Não se trata aqui de buscar uma pretensa neutralidade, muito presente em alguns discursos sociais na atualidade, e sim de permitir que seu material seja usado por profissionais de diversas filiações teóricas, cientes de que, para isso, há que se manter a criticidade, estar atento às diversas ideologias que permeiam as práticas do psicólogo ou outros profissionais na área.

Ir a campo, segundo a autora, é manter o radar ligado para essas ideologias,

é compreender como elas influenciam no pensamento de cada parte envolvida e como elas se tramam nas inevitáveis tramas das relações de poder, que estão no bojo de cada problema a ser enfrentado.

O texto também chama a atenção para o cuidado com detalhes que, se negligenciados, podem pôr tudo a perder. Experiente, a autora sabe que a pressa nem sempre é a melhor maneira para se lidar com a urgência, sabe ainda que o lugar da técnica, embora modesto, não pode ser negligenciado.

A urgência não pode ser justificativa para ações atabalhoadas e o método é fundamental, mas o método é uma ferramenta e não camisa de força, o método é um mediador e não um fim em si e, principalmente, o método precisa ser acompanhado de uma ética. Essa ética está presente em todo o texto, na preocupação, não só em respeitar, mas em valorizar os saberes da comunidade, no engajamento político, no empoderamento da população para que não se gerem relações de dependência, no aproveitamento de recursos locais, enfim, em um conjunto de cuidados de quem tem consciência do seu papel de facilitador de um processo.

O público a que se destina este trabalho é bastante amplo: pessoas interessadas pelos desafios colocados pelo campo social certamente encontrarão nele elementos de grande ajuda. É um caderno que pode ser usado por principiantes, alunos de graduação ou recém formados, por líderes comunitários, por profissionais tarimbados, pois muito provavelmente, mesmo os mais experientes encontrarão nele algum aspecto esquecido ou uma ideia que ainda não havia lhe ocorrido.

Estou convencida de que a publicação desse caderno cumprirá um importante papel na árdua tarefa de planejar e executar um projeto social, além disso é uma obra que pode dialogar com várias outras, está aberta a contribuições e, sendo distribuída gratuitamente, poderá ser amplamente difundida. Como amiga de Andrea e alguém que acompanha seu trabalho há vários anos, posso dizer que este trabalho é mais uma mostra da sua generosidade e comprometimento com a difusão do saber que apreende nos seus trabalhos pelo mundo.

**Neuzi Barbarini**

Curitiba, fevereiro de 2014.



## O PONTO DE PARTIDA

Durante alguns anos me dediquei ao trabalho comunitário, participando de diferentes projetos, em comunidades distintas, com problemáticas e contextos sociais variados. O tempo inteiro, eu procurava integrar os conhecimentos que havia adquirido ao longo da minha formação, buscando aplicá-los na prática, da melhor maneira possível. Porém, sempre que estava no campo, me deparava com outros profissionais, da minha e de outras áreas, que pareciam tão perdidos ou cheios de dúvidas quanto eu mesma. Com apenas uma distinção: a metade deles não reconhecia que sua abordagem poderia ser equivocada.

A outra metade saía da prática e voltava para a teoria, ansiosa por respostas, modelos, protocolos, fórmulas mágicas que pudessem tornar o trabalho mais efetivo. Mas, claro, não se aprende a agir na teoria. Esta é uma prerrogativa da práxis. É na realização da atividade profissional que confrontamos as variáveis inerentes à problemática em foco. Antes disso, podemos somente imaginar, supor, criar hipóteses e nos basear em outras experiências. A vivência da complexidade só acontece mesmo quando colocamos a mão na massa.

No campo, nos damos conta da multiplicidade do contexto e abrimos nosso olhar para a diversidade da teia que entrelaça a comunidade, os atores sociais em questão e seu momento histórico. Tudo isso tendo, como pano de fundo, uma concepção de mundo e de ser humano, de mãos dadas com a nossa intencionalidade.

Ou seja, nunca vamos a campo sem querer alguma coisa, sem ter alguma coisa pronta de antemão. Essa tem sido a regra. Mesmo quando tentamos não ocupar o lugar do saber, partilhando o processo de construção do conhecimento e de decisão com os nossos interlocutores, ainda estamos imbuídos de valores e crenças a respeito daquele contexto. E são estes que orientam nossas ações.

Como dizem os sábios, não existe nenhuma neutralidade científica. Sempre há uma intencionalidade. Os que já percorreram esse caminho podem bem identificar o que tudo isso significa. Aqueles que estão começando a construir a estrada talvez já estejam suspeitando de que a caminhada se faz ao caminhar. Mas, independente do momento em que cada um se encontra, acredito ser possível traçarmos as noções gerais da intervenção, num contexto comunitário.

Muitos outros artigos e livros contam quais são as bases teóricas para esse trabalho. Existe uma literatura de excelente qualidade já publicada pelos precursores e seguidores da psicologia social no Brasil e na América Latina. Vale o investimento de buscar essas fontes e estudá-las. Em minha experiência, eu teria ficado completamente às cegas se não tivesse um referencial para sustentar minhas reflexões. O que eu sentia falta mesmo era de um material mais palpável e mais objetivamente direcionado para apoiar os “marinheiros de primeira viagem”.

A ideia de compilar algumas sugestões para o trabalho de campo nasceu, justamente, desta inquietude prática e do desejo de colaborar para minimizar algumas angústias oriundas do campo e seus efeitos colaterais. Às vezes, nem dimensionamos a força das nossas ações e o quanto elas podem ser prejudiciais às comunidades com as quais nos engajamos. Nós nos sentimos gratificados com os resultados positivos e deixamos de lado as consequências negativas.

Sabemos que toda ação gera um impacto, mas nem sempre estamos atentos o suficiente para reconhecer suas consequências. Precisamos ter clareza dos nossos paradigmas e consciência da posição que adotamos, pois nossas ferramentas de trabalho são forjadas a partir do conjunto de valores que carregamos em nossa bagagem.

## O QUE VOCÊ PODE ENCONTRAR AQUI

O objetivo deste caderno é apresentar algumas pistas para o trabalho prático, por isso, vou me concentrar mais no detalhamento de procedimentos, sem me deter nas discussões teóricas. Entretanto, decisões metodológicas e escolhas técnicas são permeadas de conceitos e teorias, o que reforça a necessidade do diálogo com diferentes pensadores, pesquisadores, cientistas. Teoria e prática andam de mãos dadas e uma enriquece a outra.

Assim, visando motivar algumas leituras importantes, que permitam refletir teoricamente sobre a intervenção psicossocial, vocês encontrarão, no final deste caderno, uma lista consistente de livros, artigos, relatórios e outros materiais técnicos. Além de ajudar a enriquecer o conhecimento teórico, alguns ilustrarão experiências com exemplos práticos, ampliando os horizontes. O repertório é diversificado e vocês poderão checar diretamente as contribuições dos diferentes autores.

Por outro lado, não há como negar uma tendência na escolha das referências e também na organização do conteúdo do material. Desde o início da minha formação acadêmica, venho me debruçando sobre os estudos da psicologia social, da psicossociologia e da área da saúde pública, tendo a minha trajetória profissional influenciada por essas perspectivas. Naturalmente, fui me aproximando da pesquisa participante, da pedagogia da libertação, e dos métodos de intervenção em saúde coletiva que se baseavam no conceito ampliado de saúde. Esses referenciais alimentaram minha prática e são, na minha concepção, os que mais nos aproximam do fazer comprometido com a transformação da realidade, porque apontam a complexidade do tecido social, reafirmam a necessidade de ações multidimensionais e o engajamento político dos atores sociais.

É com base nesses paradigmas que o conteúdo deste caderno foi pensado e elaborado. São algumas sugestões para a prática do profissional que está chegando numa comunidade ou que está começando um projeto social em qualquer outro contexto institucional. O tema não está esgotado aqui e encorajo vocês a discutirem outras possibilidades com seus pares e demais atores no campo de trabalho, buscando alargar suas concepções.

## O LUGAR DE ONDE FALAMOS

O Homem é um ser social, em constante relação com os seus pares, capaz de transformar e de ser transformado pelas suas próprias ações. Um ser em construção, autor, ator e agente da sua história.

Está em todos os lugares, andando pelo mundo, vivendo emoções, estudando, trabalhando, se divertindo, sofrendo, casando, se separando, constituindo família, fazendo arte, se drogando, adoecendo, se exercitando, votando, definindo sociedades, reproduzindo crenças e ideologias. Enfim, é um ser dinâmico e, como um caleidoscópio, vai compondo novas formas e configurando sua vida no mundo em que habita.

Pensar esse Homem como uma parte do Todo é apenas uma forma didática de olhar o Todo no microscópio. Ou seja: podemos até identificar seus elementos, mas, se insistirmos em isolá-los, perderemos completamente a noção do Universo. Exatamente neste momento corremos o risco de ignorar a complexidade da teia social.

Social, no sentido mais amplo da palavra. Isto é, envolve absolutamente tudo o que nos rodeia. Complexo, porque não é algo que podemos esticar sobre uma régua de causalidades e traçar, com exatidão, suas consequências. São tantas as variáveis que intervêm no curso da vida, que só nos resta supô-las em conexão umas com as outras, formando, assim, um tecido heterogêneo e multifacetado.

Desenvolver a consciência desta multiplicidade de contextos é fundamental para evitarmos as verdades absolutas. Além disso, nos exige da ingenuidade de conceber uma forma única de agir. Esse tipo de visão demanda que estejamos abertos a repensar a nossa prática, na medida em que atuamos. Este sim, é um exercício para o qual nossa formação profissional ainda não nos prepara efetivamente.

Podemos trabalhar dentro dos parâmetros cientificamente estabelecidos, mas quando nos fechamos em conceitos teóricos, mantendo distância do campo, corremos o risco de atentar apenas à particularidade da questão, perdendo a visão macro do processo que liga uma ponta a outra. Às vezes, definimos estratégias, técnicas e procedimentos, descontextualizados e direcionados para intervir exclusivamente no “sintoma social”. É o mesmo que querer tratar uma doença apenas com remédio para controlar a dor.

O desafio está em mantermos o equilíbrio, colocando um pé na teoria e outro no campo, um pé no conhecimento e outro na realidade, um pé na parte e outro no Todo. De fato, é necessária uma centopeia flexível e aberta ao diálogo!

Nenhuma ação é possível sem levar tudo isso em consideração. Agir para mudar um comportamento seria como o analgésico. Assim, dizemos que INTERVENÇÃO é muito mais que atuação. É uma ação abrangente e complexa, que implica no processamento das diferentes experiências e perspectivas a respeito do contexto. Requer a escuta qualificada das realidades do tecido e a consciência coletiva das possibilidades de transformação.

Dessa maneira, colocar o adjetivo “psicossocial” na frente de intervenção, pode até parecer redundante. Porém, reconhecendo a natureza social da própria psicologia, é possível compormos uma intervenção que seja, ao mesmo tempo, psi e social, abrangendo tanto o ser humano em sua contemporaneidade quanto os processos históricos e sociais que influenciam sua configuração. Através desta visão poliofocal podemos acessar uma diversidade de campos e nos colocar em permanente troca com outros saberes e perspectivas.

A transdisciplinaridade, neste sentido, não pode ser uma utopia acadêmica. Na intervenção psicossocial, não basta apenas partilhar conhecimento e experiências ou transferir métodos de uma área para outra. É fundamental ir além das fronteiras do saber, mesmo que

guardadas as devidas peculiaridades do fazer de cada ator. A ação deve ser conjugada no plural: envolvendo tanto os agentes externos da intervenção quanto a população local. É um trabalho de coautoria, em que cada um contribui, de alguma forma, para a transformação do contexto.

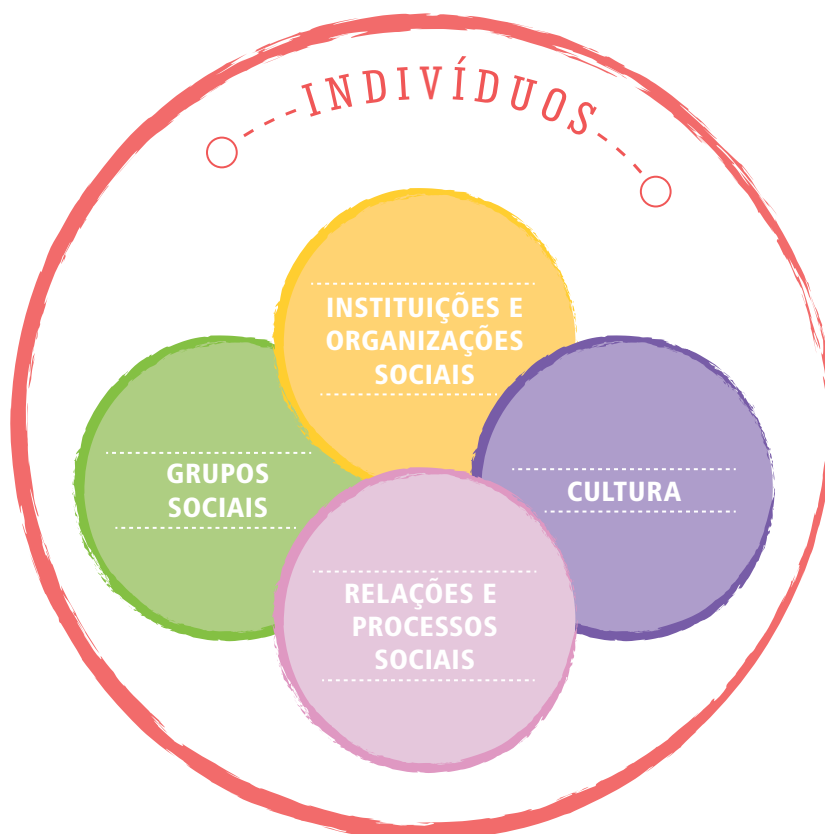
..... INTRADISCIPLINAR - MULTIDISCIPLINAR - INTERDISCIPLINAR - TRANSDISCIPLINAR .....

| DISCIPLINARIDADE | VISÃO SOBRE O OBJETO   | SABER / LINGUAGEM                                                                                                                                                                           | MÉTODOS DE INTERVENÇÃO                                                                                                                                 |
|------------------|------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Intra            | Visão unilateral       | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Super especialização</li> <li>- Saber isolado</li> <li>- Jargão próprio</li> <li>- Objetividade/subjetividade</li> </ul>                           | Perspectiva interna do objeto; utilização de recursos internos.                                                                                        |
| Multi ou pluri   | Múltiplos olhares      | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Super especialização</li> <li>- Saber isolado</li> <li>- Jargão próprio</li> <li>- Objetividade</li> </ul>                                         | Cada um tem seu próprio método e sua própria visão; cada um faz seu trabalho isoladamente.                                                             |
| Inter            | Olhares compartilhados | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Especialidade à disposição</li> <li>- Saber compartilhado</li> <li>- Linguagem comum</li> <li>- Objetividade em direção à subjetividade</li> </ul> | Os componentes discutem a intervenção em conjunto e decidem sobre o esquema de trabalho; cada um faz seu trabalho de maneira complementar.             |
| Trans            | Visão do conjunto      | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Especialidade molecular (conhecimento generalizado)</li> <li>- Saber recíproco</li> <li>- Linguagem comum</li> <li>- Subjetividade</li> </ul>      | Todos os componentes trabalham sob o mesmo esquema de trabalho e no momento da intervenção eles transcendem sua disciplina; geralmente há um mediador. |

Acreditar que a comunidade pode “sofrer” uma intervenção equivale a reafirmar a fatalidade das condições de vida em que ela se encontra. Nenhuma comunidade deve ser considerada incapaz, mesmo que apresente momentos de certa apatia. Ao contrário, é necessário reconhecer suas forças vivas e engajá-las no processo de intervenção. Independente de vivermos numa sociedade delineada pela pobreza

estrutural e pelo antagonismo social, as populações, quando concentradas em um objetivo comum, são aptas ao ativismo transformador.

..... "COMUNIDADE NÃO É UM OBJETO, MAS UM OUTRO SUJEITO QUE SE RELACIONA.  
PORTANTO, COMUNIDADE É MUITO MAIS DO QUE A SOMA DE SUAS PARTES." .....



Portanto, o que pode fazer a diferença é a forma de intervenção. Ou, melhor dizendo: a maneira como conseguimos unir os esforços em torno de uma “causa” e de como o desenvolvimento da consciência política é engendrado pelas partes implicadas. Faz diferença sabermos que somos colaboradores para uma prática libertadora que só poderá se sustentar pelo engajamento da própria comunidade.

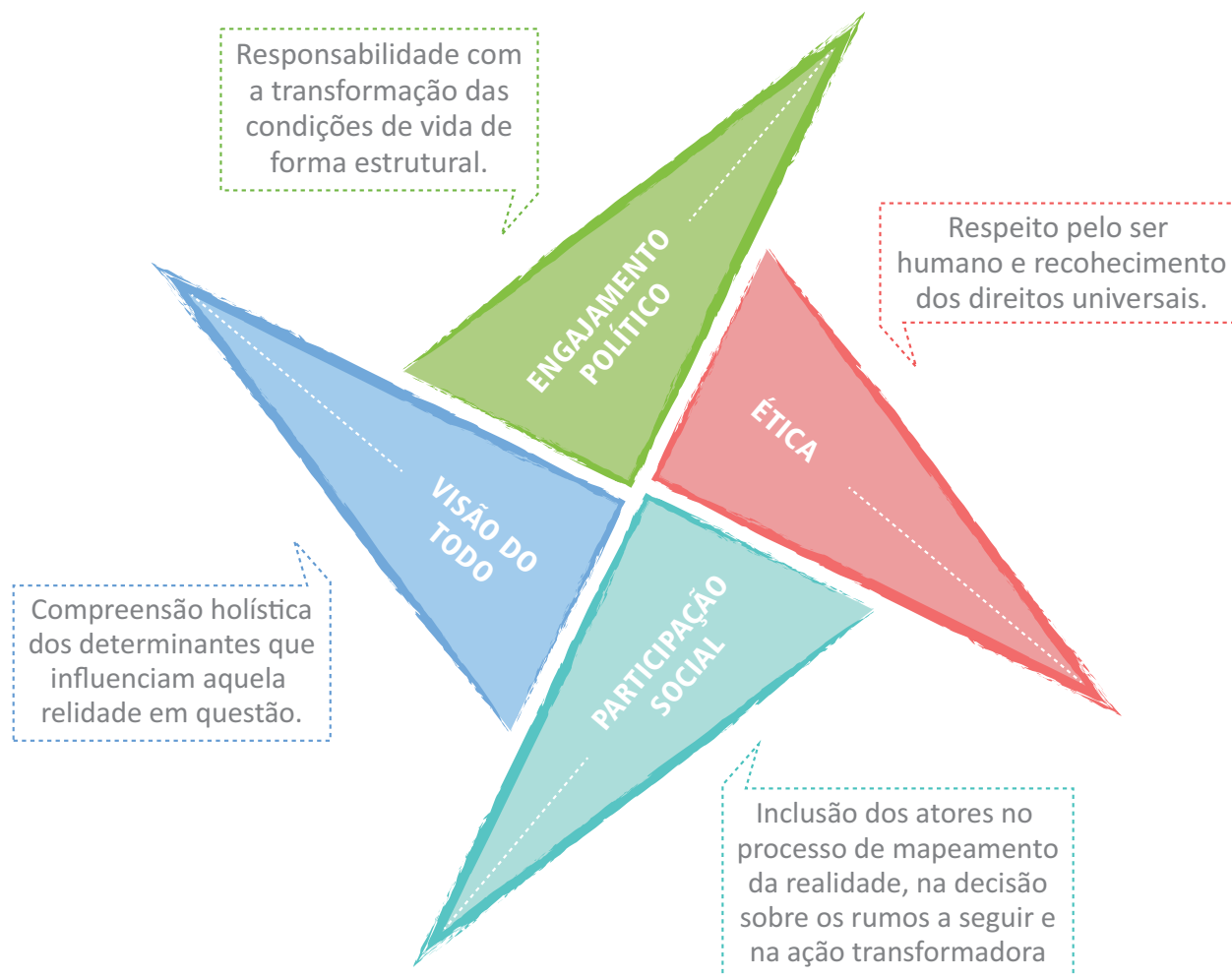
Neste sentido, a interpretação da realidade e a identificação das necessidades locais apenas serão pertinentes se feitas em conjunto com os atores sociais em questão: população, forças vivas da comunidade, agentes externos, representantes



das diferentes instituições presentes no território, sejam elas estatais ou não governamentais. É preciso “fotografar” a comunidade tal como ela é vista pelos comunitários e concebida pelos agentes externos.

Em resumo, todos esses princípios podem ser representados como uma “rosa dos ventos”. A direção para onde ela gira dependerá dos ventos, mas os elementos básicos guardam a mesma importância.

### ROSA DOS VENTOS



E, com esse panorama traçado, já podemos ir caminhando para o campo!

Realizar uma intervenção psicossocial é o mesmo que dirigir-se à realidade do outro. É como se estivéssemos entrando na casa de uma pessoa. Vocês já fizeram isso sem serem convidados? Talvez sim. Muitas vezes, quando somos amigos íntimos da pessoa, vamos adentrando pela porta sem cerimônia nenhuma, sequer apertamos a campainha. Mas, outras vezes, um pouco mais de formalidade costuma ser a praxe. Ou seja, várias ações precedem o momento do encontro.

Entrar na vida das pessoas por questões profissionais, não é diferente. Começar qualquer trabalho demanda uma série de procedimentos que variam conforme o grau de familiaridade que temos com o contexto. Depende do que conhecemos a respeito do local, das pessoas e também da forma como a nossa presença foi solicitada (se for este o caso).

A proposta em questão pode ter inúmeras origens. O importante é desvelar todas as variáveis ou o maior número possível delas. Identificar o início de tudo torna-se crucial para traçar a história e nos permite também compreendê-la um pouco mais antes de estabelecer melhor nosso papel.

Seria tentador afirmar a existência de uma ordem cronológica que orienta nossa inclusão no campo, mas este tipo de ilusão não cabe aqui. Didaticamente, podemos listar alguns procedimentos. Porém, tenhamos sempre em mente que, em função do dinamismo do tecido social, as ações ocorrem, na maior parte do tempo, de maneira simultânea ou paralela. As diferentes etapas do trabalho de campo guardam entre si certa permeabilidade. Isto é, não existe uma hierarquia a ser respeitada e elas se comunicam em vários momentos da intervenção.

Podemos começar com a composição da rede de intervenção e ir obtendo informações sobre a população local, ao mesmo tempo em que pesquisamos documentos sobre a história do surgimento da comunidade. Às vezes estamos

conversando com os moradores sobre as dificuldades percebidas e eles fazem uma série de sugestões para o plano de ação. Outras vezes, visitamos umas das instituições para obter algum dado específico e acabamos estabelecendo uma parceria importante para o trabalho. Pode, inclusive, ocorrer de estarmos executando uma ação planejada e precisarmos buscar mais informações sobre o contexto para compreender melhor a demarcação política do seu território.

Enfim, existem inúmeras probabilidades e configurações, reforçando o fato de que esse não é um trabalho linear. Ele vai se desdobrando a partir dos acontecimentos, das oportunidades e das necessidades que surgem no campo. Mas, numa tentativa de representar o processo de alguma forma, podemos visualizar suas etapas no gráfico a seguir, ressaltando sua circularidade e maleabilidade. Porém, lembrem-se: de qualquer maneira a ordem dos fatores pode alterar o impacto das nossas ações!

### ..... FLUXOGRAMA DAS ESTAPAS DE TRABALHO .....



Em princípio, vamos chamar cada item desses de “etapas do trabalho”. Todas elas devem ser realizadas pelos atores sociais em questão, compondo-se uma parceria. Cada um terá sua perspectiva, o que enriquecerá a realização das atividades de campo.

Além das diferentes visões, também são colocados à disposição os diferentes fazeres. Mas, em cada etapa, são imprescindíveis as ferramentas adequadas. Entre elas, constam as técnicas e instrumentos qualitativos e quantitativos, sendo viável utilizar as duas abordagens nas intervenções psicossociais, pois uma pode complementar a outra, otimizando o trabalho.

O fundamental, nesse caso, é ter clareza de que as técnicas devem ser coerentes com o modo de pensar a intervenção. Ainda, nenhuma metodologia de trabalho está autorizada a divergir das concepções de homem e de mundo dos atores sociais. O processo de intervenção exige sincronia de valores, pensamentos e fazeres.

Enfim, uma “regra” básica da intervenção é envolver os atores sociais (aqui entendidos como indivíduos, grupos sociais, organizações, instituições, beneficiários, tomadores de decisão) em todas as etapas do trabalho, desde o início. A descentralização do processo dependerá do grau e da qualidade de participação dos diferentes atores. Dessa maneira, torna-se vital esclarecermos com eles o significado de participação, reforçando a necessidade de preservarmos a democracia do processo e o engajamento comunitário.

Nos capítulos seguintes, vamos detalhar cada uma dessas etapas, mas começaremos falando um pouco sobre o momento da nossa chegada no campo e da formação do grupo de trabalho, pois, geralmente, esses são os nossos primeiros passos dentro do contexto da intervenção (muito embora, é comum acontecer de já estarmos inseridos no campo, dentro de um grupo de trabalho, quando constatamos a necessidade de pensar numa intervenção mais abrangente).

## COMPOSIÇÃO E FORMAÇÃO DA REDE DE INTERVENÇÃO

Nossa inserção no campo pode acontecer de diferentes formas. Às vezes pertencemos àquela comunidade (seja porque moramos no local ou porque temos algum tipo de vínculo que nos liga ao seu cotidiano) e acabamos nos envolvendo com o trabalho em questão. Provavelmente, nessa situação, já conhecemos várias pessoas e temos informações diversas sobre o contexto, o que pode nos ajudar a compor um grupo de trabalho mais naturalmente. Outras vezes decidimos realizar uma intervenção (seja para responder ao convite de alguém ou por interesse acadêmico), sem nunca ter visitado a comunidade antes e sem conhecer os moradores. Nesse caso, a tarefa de agrupar as pessoas em torno de uma tarefa comum pode ser mais lenta, pois requer, primeiro, que estabeleçamos alguns laços.

Partindo da recomendação de que a comunidade deve se envolver em todas as etapas da intervenção, desde os primeiros passos, dedicar um tempo para agrupar as pessoas logo que chegamos à comunidade é tarefa primordial. Se ainda não conhecemos o local, é interessante realizar algumas visitas aleatórias. Um simples “passeio” pelas ruas, parando para conversar com as pessoas em frente às casas ou no comércio, pode abrir outros caminhos. Sempre tem alguém que indica alguém. Outra alternativa é visitarmos as instituições locais como escola, unidade de saúde, igrejas, associações e outras organizações que formos identificando ao longo das visitas. O objetivo é nos fazermos conhecer, buscando conhecer as pessoas.

Aos poucos vamos tecendo nossa rede, esclarecendo por que estamos nos inserindo na comunidade, sensibilizando as pessoas para criarmos um grupo de trabalho. Observem que, nesse exemplo, começamos a unir os atores sociais simultaneamente ao trabalho de reconhecimento do campo e, portanto, as visitas não são tão “aleatórias” assim!

Precisamos ter em mente que a intervenção psicossocial não é realizada por um ator social. Trata-se de um trabalho primordialmente coletivo. Ainda

que a motivação para ir a campo seja individual e que você se aproxime da comunidade sozinho(a), será necessário instituir um grupo para desenvolver este “empreendimento social”. Mesmo que sejamos moradores do local e que tenhamos bastante familiaridade com o contexto, precisamos agir em equipe, afinal, “uma andorinha sozinha não faz verão”.

Quanto mais pessoas percebem e reconhecem a necessidade de mudança, identificando-se com o contexto ou causa em questão, tendem a se mobilizar na busca de alternativas de enfrentamento da situação. Porém, algumas variáveis contribuem para elevar o grau de adesão individual em ações coletivas: suas expectativas e crenças em relação à sociedade como um todo e à comunidade especificamente; a convergência dos interesses coletivos; sua avaliação sobre as forças contrárias que se impõem à mudança; o sentimento de justiça e a eficácia política (acreditar na sua capacidade de intervir numa determinada situação).

A ação coletiva dependerá também do sentimento desses indivíduos frente aos arranjos sociais (o papel que eles têm na comunidade, como executam esse papel, que reconhecimento recebem dos demais comunitários, que relevância é atribuída a esse papel) e se eles se percebem aptos a persuadir a proposta de ação. Sua disposição e vontade para agir coletivamente são influenciadas pelo resultado da análise que os indivíduos fazem da relação custo-benefício do seu engajamento (o que ganham se aderirem ao grupo), dos riscos que advêm da sua possível participação (o que podem perder se aderirem ao grupo). Depende, ainda, da percepção que os indivíduos têm a respeito da reciprocidade (ou não) das organizações políticas direta ou indiretamente vinculadas ao contexto em questão (as instituições presentes na comunidade estão abertas e dispostas a participar? Com o quê? Como? Os indivíduos percebem isso?).

Todos esses elementos influenciam, de alguma forma, a decisão dos indivíduos de participar ou não da rede de intervenção. São fatores subjetivos e devem ser reconhecidos na medida em que vamos formando o grupo de trabalho, por meio dos questionamentos, conversas, troca de ideias, críticas, tomada de posição diante das situações, argumentos apresentados durante as discussões do grupo. É imprescindível estimular

a reflexão sobre a motivação pessoal para participar da rede e, da mesma forma, incentivar os membros do grupo a expressá-las coletivamente, levando-os a encontrar os pontos comuns e minimizar as possíveis frustrações individuais.

Diante disso, **a formação da rede representa um grande desafio para a intervenção psicossocial, pois além de retratar a heterogeneidade dos grupos sociais, instituições e setores da comunidade**, deve ainda superar as disputas de poder (por exemplo, entre membros representantes de diferentes instituições que tentam priorizar seus interesses, em detrimento das necessidades de outros grupos comunitários).

### ..... COMPOSIÇÃO DA REDE .....



Ou ainda, pessoas com ideologias contrárias que tentam fazer valer suas perspectivas individuais.). Divergências são naturais no trabalho em grupo e a negociação dos interesses e acordos deve ser uma constante, tendo como meta garantir a democracia de maneira que:

- O grupo procure obter o mesmo nível de entendimento e compreensão sobre o contexto e se sinta pertencente àquela coletividade.
- O grupo procure obter o mesmo nível de entendimento e compreensão sobre a necessidade da intervenção e suas implicações, reconhecendo sua força de persuasão.
- O grupo procure obter o mesmo nível de entendimento e compreensão sobre o papel que irá desempenhar no processo, sentindo-se aptos a agir coletivamente.
- As expectativas individuais sejam acolhidas e convergidas em objetivo coletivo.
- As decisões sejam tomadas em grupo, assegurando-se a convergência dos interesses e não apenas o consenso da maioria.
- O grupo avance na direção da sua emancipação, apropriando-se gradativamente do processo de transformação e buscando a sustentabilidade das ações.
- Os atores envolvidos nas diferentes tarefas possam executá-las com autonomia, mas preservando a identidade do trabalho.
- Seja adotada uma linguagem comum de trabalho, ainda que guardada a especificidade de cada ator.
- Exista efetiva troca de experiências e conhecimento entre os vários membros do grupo.
- Suas habilidades de comunicação sejam desenvolvidas e sua capacidade crítica reforçada.



Investir permanentemente na formação do grupo é a alternativa mais eficiente para elevar a participação social no movimento transformador. E por onde começamos? Compondo a rede com membros efetivamente representativos, envolvidos direta ou indiretamente com o cotidiano da comunidade. A decisão ou escolha sobre quem deve participar do grupo depende do processo natural de inclusão das pessoas interessadas em transformar a realidade local, mas também pode estar atrelada a convites específicos (por exemplo, alguém da associação de moradores; um morador que participa das reuniões comunitárias, representando seus vizinhos; um jovem que tenha sido mencionado várias vezes por seus pares como sendo o articulador da turma), visando assegurar que a voz da comunidade ocupe, de fato, o palco central da intervenção.

Conforme vamos compondo a rede, precisamos conhecer mais os participantes, identificando suas habilidades, conhecimento, temas de interesse, o que querem e precisam para impulsionar seu potencial de ação. Também é importante checar como eles se sentem em relação à comunidade, constatando seu vínculo com a localidade e o sentimento de pertença. Isso é possível por meio de conversas formais e informais com as pessoas (entrevistas abertas e/ou fechadas, bate papo, por exemplo), além das discussões em reuniões do grupo. Participar mais do cotidiano da comunidade, visitando as pessoas em suas casas, frequentando os eventos sociais coletivos e familiares, também nos ajudam a ampliar nossa visão sobre o contexto das pessoas e a estreitar os laços com elas.

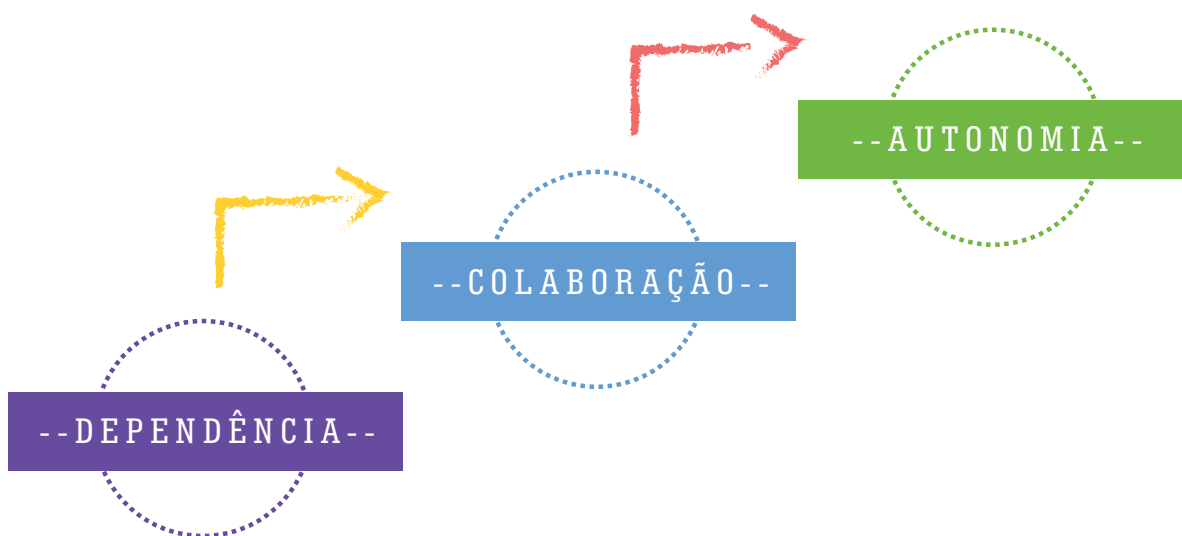
A preparação dos recursos humanos para a intervenção psicossocial é uma tarefa contínua, em função da mobilidade do trabalho. Isto é, na medida em que o cenário se transforma com o impacto das ações, a rede vai percebendo outras necessidades e demandando novas abordagens. Assim, acompanhar o desenvolvimento do grupo é tão importante quanto monitorar o andamento do trabalho, gerando evidências que indiquem a reformulação dos encaminhamentos e planejamento.

Outro ponto fundamental para essa questão é assegurar o dinamismo da rede. Quanto mais tempo os mesmos participantes permanecerem engajados

no grupo de trabalho, melhor, mas é primordial que exista abertura para a entrada de novos participantes. Porém, um grupo muito rotativo pode comprometer a continuidade do trabalho dentro da mesma linha de condução. O essencial é oxigenar as ideias e o modo de fazer, trazendo grandes benefícios para o grupo. Isso pode ser feito por meio da educação permanente: reuniões periódicas com o grupo, para trabalhar algum tema específico, com técnicas variadas tais como dinâmica de grupo, discussão de texto ou de filme e documentário. Também podem ser realizadas ações de multiplicação de conhecimento, o que ajuda a envolver mais pessoas da comunidade. Isso ocorre quando os membros do grupo que participaram de alguma sessão de formação se responsabilizam por repassar as informações a outros membros e/ou pessoas.

Lembramos que: indivíduos emancipados e conscientes do seu papel de agente transformador tornam-se pessoas engajadas na transformação da realidade e mais preparados para colaborar com o fortalecimento da comunidade e com o seu processo de autonomia. **Assim, a rede deve ser preparada para assumir a condução do trabalho, passando da fase de dependência para a fase de colaboração, até atingir sua emancipação (autonomia).**

### ..... DA DEPENDÊNCIA À AUTONOMIA .....



Num primeiro momento, é natural constatarmos certo nível de dependência em relação a alguns agentes externos (ou instituições), mas com as formações contínuas, o grupo vai adquirindo mais conhecimento, informação e confiança. Dessa maneira, o trabalho ganha novo formato, pois as pessoas adquirem uma postura colaborativa ao invés de execução do que foi delegado a elas. Conforme as ações avançam e o desenvolvimento do grupo se consolida, a comunidade tende a assumir mais as tarefas e a reduzir os vínculos de dependência com os agentes externos. Nesse momento, o trabalho atinge sua maturidade e conquista a autonomia, garantindo a continuidade das ações.

**Em resumo, a formação dos membros da rede deve acontecer desde o início da intervenção e de maneira simultânea ao processo como um todo, já que eles participarão de todas as etapas da intervenção. Podem ser realizadas oficinas pedagógicas para trabalhar temas específicos e encontros de reciclagem, buscando abordar outros conteúdos pertinentes para ampliar as habilidades (relacionais, cognitivas, operacionais), além de fortalecer sua identidade social, autoeficácia e a capacidade de manejar as situações. Também podem ser organizados grupos de trabalho para a troca de experiências e conhecimentos.**

### 6.1. Reflexão sobre a origem do convite ou demanda pelo trabalho.

Compreender de onde vem o convite ou a demanda pelo trabalho é decisivo para a intervenção no campo, pois ajuda a identificar a intencionalidade e os possíveis jogos políticos e de poder imbricados no processo. Requer conhecimento prévio sobre quem faz o pedido e como ele é traduzido pelos interlocutores, tornando transparentes a negociação dos interesses, acordos e a representatividade da solicitação.

Entrar na comunidade ingenuamente pode comprometer o trabalho e as relações, de várias formas e em diferentes níveis. Por isso, algumas perguntas precisam ser respondidas antes de estabelecermos nosso papel e inserção no campo.

As mais básicas são:

- Como a demanda chegou até nós? Se foi um convite, de onde originou? Se é um contrato de trabalho estabelecido por terceiros, quem são? Se é um trabalho acadêmico, como foi a aproximação inicial com o campo?
- Trata-se de uma demanda da população ou alguém formulou um pedido? Nesse último caso, o pedido corresponde de fato ao que a população demanda?
- Quem pensou ou identificou a necessidade?
- Essa pessoa é porta voz da comunidade?
- Quais as suas conexões? Que possíveis interesses e objetivos ela tem?
- O trabalho já existia antes?

- Se sim, como era executado? Por quem? Por quê? Como surgiu a ideia? Quem se beneficiou?
- Se não, que condições fizeram acreditar que ele seria necessário?
- Quem irá se beneficiar com o trabalho?
- Que acontecimentos significativos podem ser associados à demanda?

**Como obtemos essas informações? Conversando. E muito! De maneira informal ou formal, com o maior número possível de pessoas, pois assim criamos um cenário abrangente.**

**No caso de trabalhos em andamento ou já concluídos, ler os materiais produzidos é tarefa primordial. Que tipo de materiais? Relatórios, publicações, correspondências. Até olhar álbum de fotografia dos moradores é válido!**

## **6.2. Traçar a história do local.**

O cuidado na intervenção psicossocial não diz respeito apenas à identificação dos hábitos culturais da comunidade. É preciso compreendê-los dentro da sua história, antes de planejar qualquer tipo de ação, programa, projeto. Nada melhor do que recuperar a trajetória da comunidade e isto pode ser feito:

- Pesquisando a constituição da comunidade: quando surgiu, como, de onde veio a população, por que motivos, como o território foi demarcado, qual o tamanho da população atual e como ela está estratificada (aspectos sociais e demográficos, tais como classe econômica, renda média por família grau de escolaridade, faixa etária, distribuição de gênero, número de famílias, número médio de membros por grupo familiar, número médio).

- Descobrimo o ponto de vista dos habitantes sobre as áreas geográficas e estruturas sociais em questão.
- Identificando quais foram os principais eventos de sua história, de que maneira estão relacionados entre si e com a atual conjuntura social e econômica da comunidade.
- Conhecendo os hábitos e valores culturais estabelecidos pelos moradores e como eles passaram a integrar o cotidiano da comunidade.

**Além das conversas (entrevistas abertas), vale pesquisar documentos, materiais impressos e visuais, disponíveis nas diferentes instituições presentes ou não na comunidade (IBGE, prefeitura, cartório, escola, unidade de saúde, associação de moradores, ONGs) e aqueles disponibilizados pelos próprios moradores.**

### **6.3. Identificar as condições de vida e o modo de viver da comunidade.**

As condições de vida da população referem-se, principalmente, aos aspectos estruturais da comunidade. Nesse caso, verificamos os recursos oferecidos ou disponibilizados para os moradores, tais como:

- Tipo de habitação.
- Saneamento básico, água encanada, coleta de lixo.
- Energia elétrica.
- Transporte público, calçamento.
- Segurança.

- Instituições presentes, serviços essenciais: escolas, unidades de saúde, conselhos, sindicatos, associações políticas partidárias, associações representativas, igrejas, templos. Como é sua aparelhagem material, espaço físico e o que ocorre no interior dessas instituições.
- Espaço para lazer e recreação.
- Comércio básico e especializado.
- Redes de circulação e comunicação.
- Mudanças físicas significativas no território.
- Oportunidade de trabalho e geração de renda.
- Dados epidemiológicos, tais como tipo de doenças mais comuns, índice de mortalidade e natalidade.

O modo de viver está mais vinculado à dinâmica dos moradores e tem relação direta com a cultura da população. Ele é marcado pela experiência subjetiva dos indivíduos e representa como a coletividade organiza os processos sociais objetivamente. Isto implica em observar:

- Acontecimentos significativos na comunidade e sua repercussão no cotidiano das pessoas.
- Participação, adesão, oposição aos eventos sociais formais e informais.
- Relações de vizinhança, relações afetivas entre os moradores, possíveis conflitos e alianças.
- Como ocorrem os vínculos comunitários e se há sentimento de pertencimento.
- Existência de grupos ou subgrupos, relações de poder.

- Interação com as comunidades vizinhas.
- Redes de convivência.
- Práticas e crenças espirituais e religiosas, sincretismos, ritos e mitos.
- Elementos pertinentes da identidade coletiva (grupos sociais formais e informais, representações sociais, elementos étnicos).
- Aspectos relacionados ao IDH local.
- Existência de problemas sociais e modos de enfrentamento.
- Como os moradores se relacionam com as instituições presentes no local.
- Onde buscam informações
- Onde buscam os cuidados básicos de saúde (benzedeira? Medicina tradicional? Unidade de Saúde)
- Tipo de linguagem utilizada pelos moradores.
- Como são as relações de gênero no local.
- Valores e normas sociais presentes no cotidiano dos moradores.
- Autoestima e capacidade crítica em relação à realidade vivida.
- Consciência cívica e capacidade de organização.

**Podemos obter esses dados realizando algumas visitas à comunidade para entrevistar os diferentes atores sociais, formal ou informalmente, individual ou coletivamente. Outra estratégia é a pesquisa em materiais impressos e documentos variados, que compõem uma excelente fonte e podem ser requisitados em instituições e órgãos diversos, sempre que pertinentes. Além dessas, contamos ainda com a observação participativa.**



#### 6.4. Identificar e contextualizar politicamente o território e o momento em questão.

A demarcação da área onde a comunidade se encontra deve ser analisada em detalhes. Porém, “território” não é apenas sinônimo de espaço geográfico, com fronteiras delineadas. Trata-se também da formação política e ideológica das redes existentes e de como elas operam dentro do contexto em questão.

Os acontecimentos no entorno da comunidade e até mesmo os de âmbito nacional e internacional podem interferir no cotidiano dos moradores, de maneira significativa. Dessa forma, a contextualização do momento político do país e do mundo deve ser feita, buscando compreender a força dos possíveis determinantes sociais na vida da comunidade. Trata-se de compor um panorama do micro, macro e mega contexto sociopolítico, permitindo-nos a análise e compreensão multidimensional dos problemas.

Colocando uma lupa sobre o território, em ambos os sentidos, buscamos:

- Traçar as fronteiras físicas e políticas da comunidade.
- Destacar as questões ambientais e como a população lida com elas.
- Verificar como sua área geográfica favorece ou desfavorece as condições de vida e o modo de viver dos moradores.
- Checar a maneira como os processos sociais constituem o espaço dos grupos e que políticas públicas se aplicam na localidade.
- Constatar aspectos geopolíticos interpostos como desafios para a comunidade.
- Reconhecer as políticas públicas aplicadas no território e a forma como elas são acessadas pela comunidade.

- Verificar como a comunidade se faz representar junto ao poder público, de que maneira mantém essa relação, de que forma influencia (ou não) a agenda política e como suas reivindicações são incluídas (ou não) na agenda decisória da política pública local.

**Esses dados também podem ser obtidos por meio de entrevistas (individuais e/ou coletivas), observação participativa e análise documental.**

### **6.5. Identificar e analisar as necessidades.**

Compreender as raízes dos problemas torna-se fundamental. Sem essa visão, corremos o risco de cair no senso comum, atribuindo a eles causas aparentes, sem contextualizá-los dentro do Todo. Jamais podemos nos esquecer de que os determinantes sociais compõem uma teia dinâmica e exigem que reconheçamos suas tramas. Assim, a identificação de dificuldades é muito mais do que a simples avaliação dos fatores de risco que ameaçam o cotidiano comunitário, tornando a vida dos indivíduos vulnerável.

A realidade é composta por fatores múltiplos, o que impõe a necessidade de olhar para o maior número possível de segmentos, setores e níveis da comunidade, sem nos esquecermos de que ela também está inserida num contexto maior de sociedade e de que os traços desse Todo certamente influenciam seu cotidiano. **Nessa perspectiva, precisamos ter em foco os indivíduos, suas famílias estendidas e sua vizinhança, buscando identificar como percebem as relações sociais, quais os elementos facilitadores que sustentam as condições de vida e seu modo de viver e como se configura a rede de apoio para a manutenção da realidade tal como ela se apresenta.**

..... **PERSPECTIVA PARA IDENTIFICAÇÃO DE NECESSIDADES** .....

(adaptação do modelo PEN-3 do Airhihenbuwa, 1995)



Assim como na visão ecológica, é fundamental considerar que os determinantes sociais coabitam com os determinantes culturais, ambientais, biológicos/organicistas, ideológicos/políticos e comportamentais. Sendo assim, a constatação das necessidades só pode ocorrer numa dimensão ampliada da realidade, já que existem múltiplas versões da realidade. E, dado o seu dinamismo, esta é uma etapa do trabalho constituída por um processo contínuo: na medida em que os problemas são trabalhados, novas ocorrências vão tomando lugar das anteriores e modificando o contexto de alguma forma. Por isso, identificar demandas não é tarefa das mais fáceis. Requer sensibilidade e escuta apurada para discernirmos as problemáticas vividas pela comunidade, as dificuldades percebidas e sentidas pelos atores sociais.

Frequentemente, observamos que alguns problemas passam a integrar o cotidiano da comunidade e os moradores acabam se acostumando com eles. Convivem naturalmente com as adversidades, porém não questionam ou

qualificam aquilo a ponto de se tornar uma demanda: entendem a dificuldade como parte do seu dia a dia. Imersos em suas rotinas, os moradores sentem-se incomodados, mas o mal-estar vai sendo “amortecido” pela ideia de que eles não possuem força suficiente para mudar aquela realidade. Sobretudo, quando o problema é estrutural e requer recursos de longo prazo, a comunidade tende a desconsiderar a possibilidade de solução. E, quando a questão depende da intervenção governamental, o cenário torna-se ainda mais complexo: com a autoeficácia política reduzida, os moradores vão se eximindo das ações de enfrentamento e naturalizando os problemas.

A diferença entre necessidade vivida, percebida e sentida está justamente na capacidade de reconhecer o mal-estar e atribuir a ele um valor que estimule a mobilização individual e coletiva. Devemos buscar compreender:

- Quais determinantes sociais geram maior ou menor impacto no modo de viver dos moradores.
- Quais problemas são identificados pelos diferentes atores sociais e, nesse caso, como essa percepção pode ser relacionada com o papel ou função desses indivíduos.
- Se os problemas mencionados são percebidos por mais pessoas, quantas, quais e como.
- Se os problemas foram percebidos anteriormente, como e o que foi feito à respeito.
- Que dados existentes sobre aqueles problemas podem ser correlacionados.
- Quais políticas públicas interferem no cotidiano da comunidade e quais são os programas ofertados pelos diferentes níveis de governo.
- Que alternativas de enfrentamento são visualizadas além dos problemas, e quais são as janelas de oportunidades percebidas pela comunidade/atores sociais envolvidos.

O ideal é que o trabalho de identificação das necessidades seja feito por meio de uma **abordagem mista: qualitativa e quantitativa**. A ordem depende de vários fatores como, por exemplo, o tempo e os recursos disponíveis, o tipo de problema que se pretende elucidar, quem realizará a tarefa, entre outros. Essas duas estratégias são complementares, então, se precisarmos reduzir os esforços, temos que ponderar bem o que cortar.

### ABORDAGEM QUANTI + QUALI

| -- QUANTITATIVA --                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | -- QUALITATIVA --                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                             |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| OBJETIVO: Hard Science                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | SUBJETIVO: Soft Science                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Uma realidade: o foco é conciso e limitado.</li> <li>- Redução, controle, precisão.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Múltiplas realidades: o foco é complexo e amplo.</li> <li>- Descoberta, descrição, compreensão, interpretação partilhada.</li> </ul>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| Mensuração                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       | Interpretação                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
| <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mecanicista: partes são iguais ao todo.</li> <li>- Possibilita análises estatísticas.</li> <li>- Os elementos básicos da análise são os números.</li> <li>- Mantem-se distância do processo.</li> <li>- Comunidade = Sujeitos.</li> <li>- Independe do contexto.</li> <li>- O raciocínio é lógico e dedutivo.</li> <li>- Estabelece relações, causas.</li> <li>- Busca generalizações.</li> <li>- Preocupa-se com as quantidades.</li> <li>- Utiliza instrumentos objetivos.</li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>- Organicista: o todo é mais do que as partes.</li> <li>- Possibilita narrativas ricas, interpretações individuais.</li> <li>- Os elementos básicos da análise são palavras e ideias.</li> <li>- Participa-se do processo.</li> <li>- Comunidade = Participantes.</li> <li>- Depende do contexto.</li> <li>- O raciocínio é dialético e indutivo.</li> <li>- Descreve os significados, descobertas.</li> <li>- Busca particularidades.</li> <li>- Preocupa-se com a qualidade das informações e respostas.</li> <li>- Utiliza a comunicação e a observação.</li> </ul> |

Além de estabelecer a abordagem, temos que definir que atores sociais estarão envolvidos nesta etapa. A formação de uma equipe com representantes dos diferentes segmentos ou grupos sociais presentes na comunidade pode favorecer o levantamento de informações e sua análise.

**Como técnicas, podemos utilizar as discussões em grupo, entrevistas**

**individuais formais e informais, análise documental, aplicação de questionário, análise estatística, observação participativa, diário de campo, entre outras.**

### **6.6. Identificar as forças vivas da comunidade.**

“Forças vivas” é uma maneira de nos referirmos às lideranças presentes na comunidade, sejam elas formais ou informais. Como o próprio termo sugere, implica em pessoas que participam ativamente da vida comunitária e possuem potencial mobilizador.

Nem sempre essas lideranças estão vinculadas a alguma instituição local. Com muito mais frequência do que imaginamos, encontramos “pessoas comuns” dispostas a fazer alguma coisa pela comunidade, engajando-se socialmente na transformação da realidade onde vivem.

Elas podem ser “simples” moradoras, um representante de algum grupo social, um religioso, a benzedeira ou o curandeiro, um adolescente ou jovem, o trabalhador de algum órgão ou instituição local, o agente comunitário de saúde. Enfim, o que qualifica a liderança não é exatamente o seu status social, mas a maneira como essa pessoa se relaciona com a comunidade como um todo e com o seu grupo social. Em geral, são indivíduos capazes de influenciar seus pares e de motivar ações coletivas.

Mas é importante entender quais são as forças vivas e de que maneira elas transitam na comunidade. Devemos buscar respostas para as seguintes questões:

- Quem são essas pessoas? Nome e demais informações necessárias para que possamos fazer contato com elas.
- De onde elas vieram e como chegaram ali?
- Quem elas representam: um grupo social específico, uma instituição ou a comunidade como um todo (por exemplo, uma liderança sem vínculo com instituições, mas comprometida com a

vizinhança)? Como foram eleitas representantes?

- Que relações elas mantêm com as demais instituições/órgãos presentes na comunidade?
- De que maneira podem se beneficiar com as ações?
- São “tomadores de decisão”? Em que nível?
- Qual é o seu perfil psicossocial?
- O que levou a pessoa a se engajar com o seu grupo e com a comunidade?
- Quem deve participar do grupo responsável pelas ações diretas? E quem participa das ações indiretas?

**Para responder essas perguntas, podemos conversar com os moradores, em geral. Sempre tem alguém que sabe de alguém e que indica alguém! Assim, vamos traçando uma rede até encontrar tal referência e, então, nada melhor do que um encontro pessoal para conhecê-la mais. Entrevistas (individuais) informais são bem vindas, mas também podemos buscar informações nas instituições e órgãos presentes na comunidade, de maneira formal.**

### **6.7. Identificar os recursos presentes e disponíveis.**

Quando falamos de recursos, logo pensamos na parte material e física. Entretanto, a disponibilidade de um morador para executar uma tarefa em prol da comunidade também deve ser considerada como “recurso”. Ou ainda, uma atividade oferecida por alguma instituição. Simples assim!

Muitos dos “recursos físicos e materiais” já serão listados quando mapeamos as condições estruturais da comunidade, conforme mencionamos ao abordar as condições de vida e o modo de viver dos moradores. Mas devemos ainda verificar:

- O que as instituições oferecem para a população, como, quando e por quê, qual a efetividade das instituições e a eficácia das atividades que oferecem?
- Que tipo de habilidades os moradores têm e quais eles colocam a disposição da comunidade? (tem eletricista, por exemplo? Algum pedreiro disposto a ajudar em um mutirão? Alguém que conhece música tem disposição para formar uma banda jovem?)
- Que agentes externos colaboram com a comunidade e de que maneira?
- Qual o potencial de parceria com as comunidades vizinhas e com os órgãos e organizações ainda não presentes na comunidade?
- Que tecnologias estão disponíveis na e para a comunidade?
- Qual o potencial de resiliência a comunidade apresenta?

**A melhor maneira de checar todas essas informações é por meio de entrevistas (individuais) formais e informais, da análise documental e da observação participativa.**



## UM PARÊNTESES PARA O REGISTRO DE INFORMAÇÕES

Vamos sempre nos lembrar de que todas as informações que buscamos devem ser registradas. É comum perdermos algum dado por falta de cuidado com as nossas anotações. A recomendação é muito simples: sempre que vamos a campo, levamos papel e caneta e anotamos tudo, antes mesmo de deixar o local. Não precisamos ficar tomando nota, o tempo inteiro, na frente das pessoas ou durante uma conversa e/ou reunião, mas dificilmente vamos nos lembrar dos detalhes mais tarde. Por isso, o quanto antes nos dedicarmos ao registro, melhor.

Outro ponto fundamental é a qualidade do que registramos: a linguagem deve ser acessível, clara o suficiente para que todos possam entender e usufruir dos dados. Frequentemente fazemos anotações com interpretações de maneira muito pessoal. Isso não deixa de ser válido e muitas vezes até é necessário para a nossa própria organização, mas precisamos pensar também que nossos registros serão compartilhados e qualquer pessoa que acesse o material deve entender o que estamos dizendo. Não podemos usar uma linguagem essencialmente técnica se o grupo não tiver conhecimento prévio do que estamos falando. Os registros devem ser cuidadosamente elaborados para assegurar, ao mesmo tempo, sua compreensão pelas pessoas com muito ou com pouco grau de escolaridade. Inclusive, podemos utilizar recursos visuais tais como imagens, fotografia, desenhos, para poder registrar as informações, tornando-as ainda mais acessíveis para pessoas que não sabem ler e escrever.

Além de serem importantes para o nosso trabalho, tais informações devem ser devolvidas para a comunidade, pois são uma espécie de patrimônio dos moradores. Dessa forma, devemos incluir pessoas da própria comunidade na tarefa de compilar os registros, facilitando o uso de uma linguagem comum à população local.

Somos coadjuvantes no processo! Portanto, não somos proprietários de nada, mesmo que tenhamos o trabalho de garimpar dados, buscando informações nos lugares mais remotos e da forma mais inusitada possível. Realidade partilhada, autoria conjugada e informações de domínio público! Essa é a base de tudo!

## FEEDBACK DO MAPEAMENTO

A base do trabalho é a cooperação mútua e o engajamento com a transformação da realidade, então, depois de sistematizar as informações, temos que nos organizar para partilhar os “achados” com a comunidade. Não podemos concluir nada sem o aval dos moradores. Não podemos propor nada sem a validação da “grande fotografia” da realidade.

Uma analogia possível é justamente essa: o mapeamento da realidade nada mais é do que um álbum de fotografias, tiradas em determinados momentos históricos, sob perspectivas bem específicas.

Isto quer dizer que algo pode passar despercebido pelo nosso olhar. Ou ainda, que podemos ter nos confundido sobre o melhor ângulo para “clicar” a realidade. Assim, dizemos que quanto mais imagens tivermos e mais pessoas tiverem participado da elaboração desse álbum melhor a chance de compreendermos o contexto.

Por outro lado, a realidade é dinâmica, fazendo com que o nosso álbum fique desatualizado em algum momento e nos impondo o exercício permanente e contínuo de fotografar. Os fotógrafos nem sempre serão os mesmos, mas se pudermos contar também com a colaboração das pessoas que participaram desde o início, ganhamos em confiabilidade.

Por quê? Simples: quando traçamos um mapeamento, escolhemos um caminho a seguir. Se a cada vez que visitarmos nosso trajeto estivermos acompanhados de pessoas totalmente estranhas àquele caminho, a tendência será criar um novo trajeto sempre. O que não exclui a necessidade de novas perspectivas! Então, vamos esclarecer: revisitar a realidade a partir do mesmo ângulo é fundamental para verificarmos se houve mudança no cenário, mas olhar para o contexto com lentes novas também é imprescindível para constataremos coisas que deixamos escapar, seja lá por que razão. O ideal é manter o equilíbrio.

A tarefa de elaborar o “álbum da realidade” e compartilhá-lo nem sempre é fácil. Dependendo do contexto, isto pode significar uma série de visitas e reuniões em campo, além de debates intensos. O segredo dessa etapa é cultivar a humildade e não ter pressa! O mapeamento da realidade é um dos pilares da intervenção e devemos utilizar o tempo que for preciso para alcançar uma compreensão comum sobre o processo todo. E, tendo em vista a mobilidade dos fenômenos, nenhuma arrogância é aceitável nesse campo: é preciso ter os olhos abertos e a mente flexível para reposicionar nossas fotografias dentro do álbum!

**Em geral, o feedback para a comunidade pode ser feito através de reuniões organizadas com diferentes grupos, em momentos e locais variados. Quanto mais participação houver, melhor. Essas reuniões também podem ser no formato de grupos de discussão ou assembleias.**

Durante os encontros, discutimos os “achados” e aproveitamos para trocar ideias sobre os possíveis encaminhamentos. As sugestões de alteração do álbum devem ser anotadas e contempladas em nova compilação. E mais: quando fazemos alterações, devemos voltar ao campo para partilhá-las e se forem sugeridas mudanças, o processo se repete, até que consigamos obter, pelo menos, um mapeamento o mais próximo possível do que a comunidade acredita ser a sua realidade!

## ESTABELECER PRIORIDADES

Em geral, o estabelecimento de prioridades é feito conforme a percepção dos agentes externos, comprometidos com a racionalidade vigente em nossa sociedade. Frequentemente nos deparamos com ações planejadas PARA a população e não COM as pessoas. Por isso, é fundamental garantir a heterogeneidade dos grupos que irão discutir o mapeamento feito anteriormente. Essa etapa requer uma série de análises sobre a conjuntura do momento e a participação das forças vivas da comunidade, contemplando o maior número possível de representantes dos vários setores e instituições.

O processo deve levar em consideração a urgência dos problemas, as condições em que eles surgiram e os recursos necessários para enfrentá-los. A análise permitirá esclarecer a natureza das dificuldades e classificá-las de acordo com os determinantes em questão e com os interesses dos diferentes grupos e setores envolvidos. Isso ajuda a criar uma lógica interna no trabalho e a definir metas de curto, médio e longo prazos, influenciando a elaboração do plano de ação.

Como a própria palavra diz, “priorizar” significa estabelecer uma ordem de importância. Porém, na prática, nem sempre conseguimos dispor das medidas necessárias para superar as dificuldades encontradas. Às vezes, a comunidade não possui ou não tem acesso aos recursos; outras vezes, o tipo de problema demanda investimento de longo prazo, impondo obstáculos ainda maiores. Assim, o ideal é reservarmos algum espaço para flexibilizar nossas metas, abordando primeiro as demandas de menor complexidade, por exemplo. Podemos planejar ações simples para começar e ampliá-las gradativamente, desencadeando um processo contínuo.

Essa conduta pode diminuir o grau de frustração diante de resultados mais demorados ou difíceis de serem alcançados, evitando que a própria

comunidade se sinta desmotivada com o trabalho. O estabelecimento de prioridades também deve levar isso em conta: pequenas mudanças podem ser mais benéficas num primeiro momento, elevando a autoeficácia da população e o seu engajamento com o processo de transformação.

Resumindo, também precisamos entender:

- Por que aquela necessidade deve ser trabalhada prioritariamente?
- Quem se beneficia com os resultados?
- Que recursos demandam? Eles estão disponíveis? Em que prazo?
- De que maneira podemos encadear nossas ações para atender as demais prioridades?
- O momento permite tais ações?
- Com que parceiros poderíamos contar?
- Quais os riscos e oportunidades para que sejam executadas tais ações?

**Todas essas questões podem ser discutidas por meio de conversas formais e informais com a comunidade e também com os parceiros em potencial. Além disso, a realização de grupos de discussão confere maior participação no processo e permite levantar mais sugestões para o trabalho.**

Vamos partir do seguinte princípio: planejamento não é uma camisa de força. Principalmente nessa abordagem, em que consideramos que tudo são conexões em teia e que precisamos intervir também no processo das conexões, não podemos criar projetos fechados, com procedimentos e cronogramas rígidos. A intervenção psicossocial requer implantação gradativa e adaptações, pois deve contemplar os acontecimentos, na medida em que a realidade ganhar novos contornos e os resultados do trabalho forem constatados.

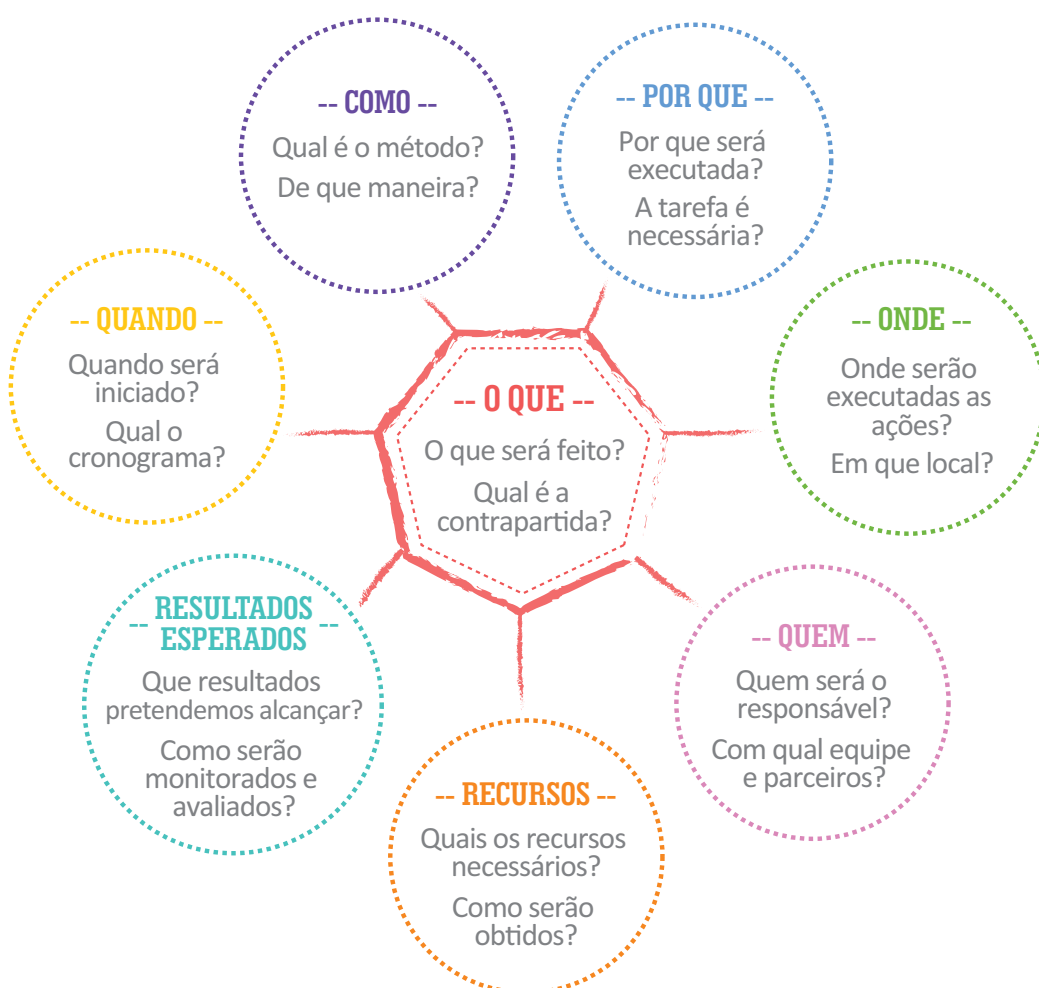
Por outro lado, precisamos de um ponto de partida bem delineado, capaz de orientar nossos passos. Uma analogia possível é considerarmos nosso planejamento como um “plano de navegação”: sabemos onde queremos chegar e temos clareza das rotas possíveis, mas durante a viagem os ventos podem mudar de direção e nós temos que alterar a posição do leme para aproveitar melhor a sua força!

Assim, o plano das ações deve ser claramente elaborado. No meio acadêmico encontramos vários modelos de projetos e ações que facilitam esta tarefa. Podemos contar com esses instrumentos, desde que sejam traduzidos para a comunidade em uma linguagem acessível. Um documento deve ser redigido com o consenso do grupo e colocado à disposição da comunidade. Basicamente, o planejamento deve contemplar:

- O que pretendemos fazer? Por quê?
- Quem se responsabilizará? Como? Contempla diferentes disciplinas? Há participação comunitária?
- De que maneira será executado? Onde e quando? Envolve intra e intersetores da comunidade?

- O que é necessário para a sua realização? Onde e como captaremos/mobilizaremos os recursos?
- O que esperamos dessas ações? Como poderemos identificar sua efetividade?

### ..... ELEMENTOS IMPORTANTES PARA O PLANEJAMENTO DAS AÇÕES .....



Vale enfatizar que o planejamento das ações é uma resposta às necessidades identificadas, tendo como objetivo propostas politicamente transformadoras e edificantes, capazes de fortalecer a comunidade como



um todo. O trabalho deve apoiar-se em referenciais inovadores dentro das áreas de competências em foco e, de acordo com o contexto, contemplar uma ou mais dimensões da intervenção psicossocial: a promoção do ser, a prevenção dos problemas e o tratamento específico do problema já instalado. Embora essa terminologia esteja bastante associada à área da saúde, ela pode ser igualmente aplicada na intervenção psicossocial.

A dimensão da promoção refere-se à multiplicidade de fatores que determinam o modo de vida das pessoas, definindo suas práticas, hábitos, condutas individuais e coletivas. Nesse sentido, promoção pressupõe o enfrentamento dos problemas em suas raízes sociais e estruturais. Nessa dimensão estão compreendidos todos os aspectos ligados às crenças e aos valores individuais, bem como à cultura, na sua expressão coletiva. Também abrange a esfera política e social, onde se encontram as relações afetivas entre os indivíduos e a formação de alianças (grupos sociais) específicas. Nela identificamos tanto os determinantes estruturais quanto atitudinais e trabalhamos com ações de fortalecimento da identidade social e da autoeficácia política. Dentro dessa dimensão investimos no potencial analítico da população, visando à ampliação da consciência crítica, a tomada de controle sobre o desenvolvimento da comunidade e a formulação das reivindicações coletivas para entrada na pauta das políticas públicas. Trata-se de uma dimensão transversal, pois são esperadas mudanças de paradigmas, o que requer ações de longo prazo, principalmente de natureza educativa e participativa, como por exemplo, com a organização de grupos de discussão e de trabalho, encontros para formação e o desenvolvimento de habilidades pessoais e comunitárias, formação de lideranças, organização de eventos coletivos em prol da preservação da cultura local, estabelecimento de parcerias, alianças e representatividade junto aos órgãos públicos. Nesse caso, as palavras de ordem são: concepção holística do ser e da sociedade, comportamento político, fortalecimento comunitário, reflexão e formação.

Um dos pontos centrais na prevenção dos problemas é a ideia da antecipação à instalação das dificuldades, independente de quais sejam. Ou seja, de prevenir que um determinado problema venha a ocorrer. Nessa

dimensão estão concentradas ações específicas, que provocam mudanças de comportamento com o objetivo de evitar situações problemáticas ou indesejadas. Para tanto, são criados mecanismos de enfrentamento, individual e coletivo, das possíveis causas, utilizando-se estratégias de comunicação para veicular informações e ações educativas de curto e médio prazos. Por exemplo: campanhas de vacinação, de realização de exames preventivos, de esclarecimento sobre os direitos da mulheres; campanha contra o preconceito racial; campanha para o controle dos resíduos sólidos e de recicláveis; organização de grupos de discussão e acompanhamento com pessoas específicas para a prevenção de doenças e seus agravos; grupos para troca de informações sobre o desenvolvimento infantil, entre várias outras possibilidades. As palavras de ordem são: pragmatismo, mudança no estilo de vida, ampliação do conhecimento específico, informação.

A palavra “tratamento” por si mesma já nos remete à concepção de cura ou de enfrentamento direto do problema. Nesse caso, o “caos” já foi estabelecido e precisamos saná-lo efetivamente ou, pelo menos, agir para minimizar ou controlar seus danos. Isso significa fazer alguma coisa imediatamente ou, no máximo, a curto prazo. Nessa dimensão, nossa preocupação não está nas causas nem no comportamento coletivo, mas na consequência especificamente, por isso, lançamos mão de procedimentos voltados, por exemplo, para a assistência em saúde (atendimento médico, odontológico, psicoterapêutico, segurança alimentar, etc.), assistência à educação (reforço escolar, capacitação de professores, melhoramento da merenda escolar, etc.), geração de renda (cursos profissionalizantes, preparação para o mercado de trabalho, etc.). A palavra de ordem é: resolução.

Na perspectiva psicossocial, uma dimensão não pode ser privilegiada em detrimento das demais, mas, para cada realidade, uma demanda particular. Para cada necessidade, um conjunto de ações, o que dispensa nos alongarmos nos exemplos práticos, pois a escolha das atividades, técnicas e instrumentos variam de acordo com o contexto e a dificuldade identificada. Independente da dimensão trabalhada ou das configurações estabelecidas entre elas, é fundamental esclarecer que as ações propostas

não precisam ser, necessariamente, sofisticadas. Outra questão a observar é que, com frequência, uma mesma ação poderá contemplar uma ou mais dimensões, como ilustrado mais adiante. Ou seja, podemos planejar desde uma simples caminhada com idosos (o que poderia ser utilizado para estimular o engajamento dos idosos ao autocuidado, prevenir a hipertensão arterial, promover sua socialização e o contato com o meio ambiente em que vivem, além de tratar problemas como sobrepeso), até um programa mais amplo de geração de renda por meio da organização de cooperativas em torno de um produto de origem local.

Existem muitos trabalhos, ações, projetos, programas sendo realizados no Brasil e em outros países, que podem ser considerados como fonte de inspiração para o nosso planejamento. Mas, ao nos basearmos nessas experiências, precisamos ter a clareza sobre até que ponto elas são aplicáveis ou adaptáveis ao nosso contexto. Assim, vale pesquisar as diversas possibilidades nos relatos publicados na literatura, inclusive pela internet, ou buscar identificar “as melhores práticas” em diferentes campos e organizações. Estabelecer conexões com outros grupos de trabalho, visando o compartilhamento de ideias, métodos, processos e resultados enriquece nossa intervenção em muitos sentidos e nos auxilia na tomada de decisões sobre como configurar nossas ações.

Como já foi ressaltado, há muita flexibilidade no planejamento e espaço para inovações. Por outro lado, uma regra deve ser mantida: jamais ignorar o princípio da equidade, integralidade e da interdependência dos fatores, o que requer uma abordagem compreensiva e a visão de continuidade, possibilitando que as ações sejam encadeadas e gradativamente mais abrangentes. O fato de as necessidades apontarem como prioridade uma dimensão não quer dizer que as outras devam ser excluídas: temos que manter o “olhar macro” e definir o nível de intervenção específico, isto é, se distal (de forma mais indireta num primeiro momento) ou proximal (de forma direta desde o início).

O quadro a seguir oferece uma visão objetiva de como podemos configurar as ações:

## ..... NÍVEIS DE INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL .....



- (1) essencialmente de Promoção
- (2) essencialmente de Prevenção
- (3) essencialmente de Tratamento
- (4) misto de Promoção + Tratamento
- (5) misto de Prevenção + Tratamento
- (6) misto de Promoção + Prevenção
- (7) misto de Promoção + Prevenção + Tratamento

Após a definição das ações, seu detalhamento é fundamental para que todos os atores sociais tenham conhecimento sobre sua logística. Mais importante ainda é garantir que ele seja definido em conjunto com a comunidade. Quando a população reconhece suas necessidades e se engaja coletivamente na busca de soluções, as chances de também se apropriarem do “fazer” são bem maiores. Além disso, a elaboração do planejamento não pode se concentrar apenas na figura de poucos agentes. É preciso ampla divulgação das etapas do trabalho e o compromisso de mais comunitários com o processo, considerada sempre a seguinte premissa: é no campo e com a população que as ações devem ser pensadas, planejadas e executadas. Qualquer abordagem diferente disto pode significar uma intervenção vertical ou, como dizem, “*top-down*”.

Muitas pessoas acreditam que elaborar um planejamento com vários parceiros é tarefa complexa e, em parte, elas têm razão. Reunir diferentes formas de pensar e de fazer em torno de um plano comum demanda habilidade para negociar interesses e acordos de cooperação mútua. Principalmente, exige que vençamos a “arrogância do saber”, colocando nossas ferramentas à disposição do grupo, sem impô-las como única alternativa. Tanto profissionais quanto moradores locais possuem conhecimento técnico e prático sobre o campo, podendo construir, em conjunto, uma abordagem efetiva.

Quando os atores sociais partilham conhecimento e experiências, tornam-se mais assertivos na ação. Assim, o planejamento em parceria nos permite aproximar diferentes “disciplinas” com o “fazer popular” e encontrar respostas mais criativas para os desafios. Além disso, não podemos nos esquecer: problemas pluridimensionados demandam respostas também multidimensionadas, o que ressalta o valor da transdisciplinaridade, das alianças comunitárias e do envolvimento dos fazedores de políticas públicas.

**Após redigido o documento oficial do planejamento, cópias impressas devem ser encaminhadas às diferentes instituições da comunidade e grupos, além dos parceiros envolvidos. Quando pertinente, as redes sociais podem ser utilizadas para divulgar o plano, via internet.**

## UM PARÊNTESES PARA A BUSCA DE RECURSOS

Além dos recursos já disponíveis na comunidade, conforme mencionado anteriormente, podemos lançar mão de outros meios para a realização da intervenção psicossocial. Muitas ações dispõem investimentos financeiros ou materiais externos, permitindo que possamos recorrer apenas ao existente no local. Outras demandam a mobilização de recursos mais sofisticados ou financeiramente inacessíveis para a comunidade naquele momento e o grupo precisa se organizar para contemplar também essa tarefa.

É comum encontrarmos projetos e programas que delegam essa função para pessoas específicas, consideradas aptas a articular novas estratégias de colaboração junto aos parceiros e outras estruturas com potencial de ajuda. Mas nem sempre é possível contar com indivíduos qualificados para essa atividade, cabendo ao grupo ampliar suas habilidades por meio da formação de seus membros ou, ainda, solicitar apoio de profissionais externos, especializados na área.

Obter os recursos necessários para o desenvolvimento das ações pode levar tempo e exigir dedicação permanente. Considerando que as atividades ocorrem em diferentes prazos, os meios podem ser mobilizados paralelamente ou mesmo antecipadamente. Por exemplo, se vamos executar uma ação ao longo de dois anos e conseguimos o recurso apenas para o primeiro ano, temos que buscar o necessário para o segundo ano antes mesmo de concluir as etapas iniciais.

Ao mesmo tempo em que elaboramos o plano de ação, podemos trabalhar na captação dos recursos, identificando diferentes oportunidades de financiamento e apoio. Isto significa que não precisamos nos restringir à apenas uma fonte, mas, ao contrário, devemos diversificar as formas de investimento na intervenção, aumentando suas chances de sustentabilidade. Podemos pleitear recursos diretos e/ou indiretos, compondo o que

chamamos de captação mista: mais de uma fonte suprindo a mesma necessidade, de diferentes formas: com dinheiro, equipamento, pessoal, mão-de-obra, espaço físico, assistência técnica, produtos, materiais diversos, e até mesmo apoio institucional ou político.

Entre as estratégias de mobilização e captação de recursos mais frequentemente utilizadas constam:

- **Responder a editais dos órgãos públicos e de fundações/institutos privados (nacionais ou internacionais).**
- **Escrever projetos de pesquisa em parceria com as universidades.**
- **Inscriver projetos nas redes de financiamento coletivo.**
- **Apresentar projetos para o setor privado.**
- **Estabelecer parcerias com organizações da sociedade civil (locais, nacionais e internacionais) e outros projetos já em andamento.**
- **Pleitear recursos públicos, por meio de emendas parlamentares e outras políticas legítimas de distribuição de recursos tais como os incentivos fiscais.**
- **Promover eventos sociais, culturais, esportistas e campanhas com foco específico ou não.**
- **Divulgar a proposta em veículos de grande circulação, visando sensibilizar o doador “pessoa física” da própria comunidade ou de outras localidades.**

Mobilizar recursos implica em respeitar as diretrizes básicas do trabalho tais como o compromisso ético, a visão do grupo e as escolhas metodológicas. Trata-se de um meio para atingirmos os objetivos do plano de ação e exige uma política clara de alocação e execução de receitas, assim como

demanda precisão e transparência na prestação de contas, de acordo com o exigido pelas fontes em questão.

A decisão sobre onde e como buscar os recursos deve ser ponderada a partir dos objetivos do plano de ação, considerando ainda as seguintes questões:

- Que tipo de recurso é necessário e quais suas possíveis fontes de captação?
- É possível buscar fontes diretas ou por meio de parceiros intermediários?
- Que tipo de interesse podem ter as fontes? Qual o compromisso delas com relação ao contexto? Há algum tipo de conflito de interesses?
- Por quanto tempo as fontes podem colaborar? Como mantê-las e como substituí-las quando for necessário?
- Como acessar tais fontes?



Pelas mesmas razões já mencionadas quando falamos sobre o *feedback* do mapeamento, esta etapa é fundamental. Ainda que o planejamento tenha envolvido representantes dos diferentes grupos e segmentos, agregamos “credibilidade” ao trabalho ao compartilhar com mais comunitários e parceiros o que pretendemos fazer. Neste caso, estamos falando de tornar o plano de ação ainda mais confiável, a partir do olhar de pessoas que, inicialmente, não participaram diretamente na elaboração do documento.

O momento do *feedback* é propício para validar o que foi “projetado para acontecer” e também para coletar novas sugestões. Ao conhecerem melhor o plano e discutirem os passos para a sua implementação, os atores sociais tanto podem concordar quanto discordar da proposta de trabalho, apresentando argumentos e estratégias de ação. Nessa ocasião, aproveitamos para estabelecer e reforçar os vínculos com os parceiros, além de motivar os atores para o compromisso social com o processo. Trata-se de um momento importante também para trabalhar o acolhimento de novos integrantes e a responsabilidade partilhada.

**Uma forma de realizar essa tarefa é promover reuniões participativas (assembleias, por exemplo), estimulando ao máximo a adesão da população. A constituição de grupos de discussão também é bem-vinda nessa etapa e os encontros podem acontecer nas instituições diversas e/ou nas casas de alguns moradores, agrupando os vizinhos para o debate. Muitas vezes, apresentar a proposta com imagens (powerpoint, cartazes, resumo impresso) torna a linguagem mais clara e facilita a compreensão sobre o documento. Tudo deve ser adaptado conforme as características dos participantes.**

No final do processo de *feedback* do plano de ação, temos que ter clareza sobre:

- Houve participação expressiva na discussão sobre a proposta?
- A proposta foi aceita? Quais foram as ideias mais apreciadas?
- Que ideias foram rejeitadas? Por quê? Por quem?
- Quais sugestões de alteração foram feitas? Por quem?
- Quem se prontificou a colaborar? Como?
- Que encaminhamentos foram definidos?
- Quais os próximos passos?

Sempre que necessário, um novo documento deve ser elaborado, refletindo as sugestões acatadas durante as reuniões de *feedback*, e submetido à apreciação da comunidade outra vez. Esse procedimento deve se repetir até encontrarmos consenso sobre o plano de trabalho.

## EXECUÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

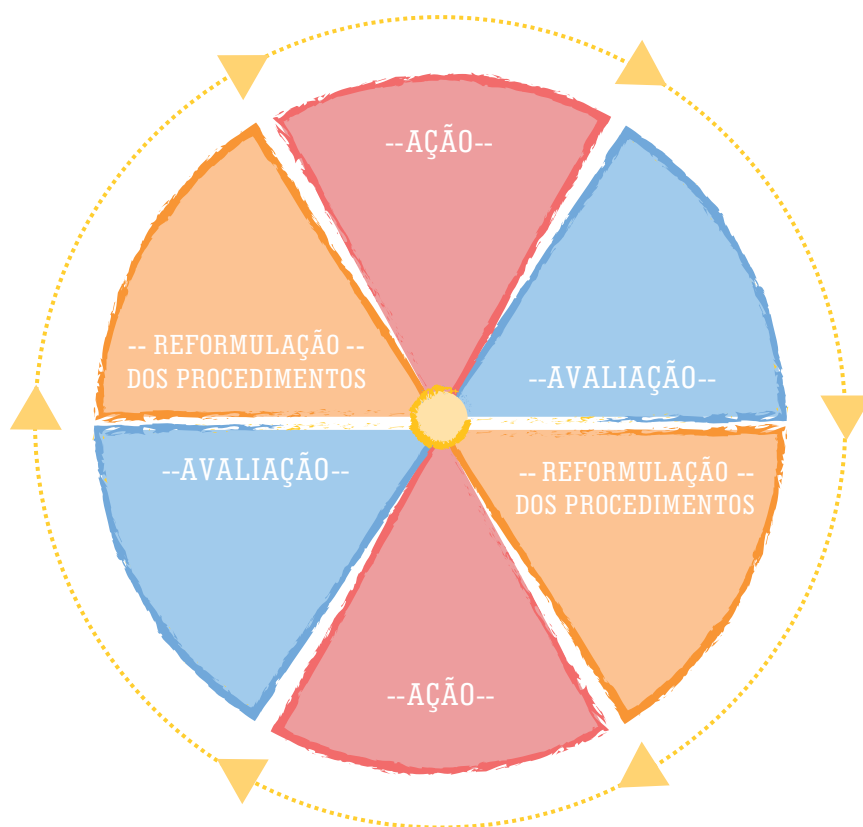
### MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO PERMANENTES

A intervenção não começa com a execução das ações planejadas. O processo engloba tudo: o momento em que recebemos o convite e/ou decidimos ir a campo, o mapeamento da realidade, a elaboração da proposta de trabalho, a execução e o monitoramento das ações planejadas. Por isso, “colocar a mão na massa” significa muito mais do que realizar as atividades eleitas para responder às demandas.

O desenvolvimento das ações dependerá de uma série de fatores, tais como a complexidade das tarefas, as parcerias e alianças estabelecidas, os recursos alocados, a emergência de novos acontecimentos no contexto político e social, a participação comunitária, a aplicação de políticas públicas, além de outros aspectos logísticos. Portanto, não há uma fórmula para executarmos o plano de ação. Uma vez descritas as atividades e previstos os procedimentos, passamos à ação.

Porém, na prática, cada atividade se desdobra em várias outras e por estarem entrelaçadas, qualquer alteração em uma delas pode gerar consequências para as demais, interferindo no resultado global. Dessa forma, podemos afirmar que nenhum programa/projeto/ação está totalmente pronto: algumas arestas são aparadas no decorrer do trabalho de campo, o que exige monitoramento e avaliação permanentes.

## ..... FLUXOGRAMA MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO .....



Quando falamos de avaliação, não estamos nos referindo a uma graduação que aponte o certo ou o errado, nem ao ato de reprovar ou aprovar alguma coisa. Nessa perspectiva, avaliar significa analisar os caminhos escolhidos e percorridos, tentando identificar o que contribuiu para que pudéssemos alcançar nossos objetivos e o que ainda pode ou precisa ser modificado para a sua efetividade. As perguntas a serem respondidas aqui são simples:

- Como sabemos que nossas ações estão realmente adequadas?
- Como sabemos se elas estão realmente colaborando para a transformação daquela realidade?
- De que maneira podemos verificar isso?

Trata-se de um observatório compartilhado entre os atores envolvidos, com o objetivo de retroalimentar o grupo para que se possa efetuar mudanças durante o percurso do plano. Neste caso, não podemos negar a corresponsabilidade pelos processos e procedimentos, ficando claro que tanto a realização do trabalho quanto o seu acompanhamento são atribuições de todos os envolvidos. Entretanto, é indispensável a definição do papel e funções de cada parceiro ou aliado e colaborador, a fim de minimizar os ruídos nas relações e preservar a execução da tarefa. O grupo deve estar apto a auto-organização e autogestão das atividades, mas pode recorrer a agentes externos para o monitoramento do plano.

De qualquer maneira, é imprescindível convencionarmos alguns indicadores que reflitam as metas desejadas, caso contrário, a análise de resultados fica comprometida. Podemos optar por indicadores locais já estabelecidos em programas e ações em andamento, como forma de visualizar possíveis mudanças após o início das ações planejadas, além de elaborarmos novos itens de controle, conforme o que desejamos constatar. O objetivo é garantir uma reflexão sobre o percurso realizado, capturando seu impacto na realidade. Essa avaliação também possibilita revisar objetivos, definir novas estratégias e identificar as necessidades que emergem do contexto da intervenção. Sendo assim, deve observar mudanças em todos os níveis da intervenção (estrutural, política, física, relacional, etc.).

Via de regra, os itens de controle constam no planejamento das ações de maneira detalhada, pois são eles que orientam o método a ser utilizado e os procedimentos adequados para a sua identificação (como, quando, por quem). Geralmente, instituímos “medidas” quantitativas e/ou qualitativas, de acordo com a natureza do que pretendemos analisar.

Reportar nossos passos é uma atividade de suma importância para o trabalho e deve focar: o que fazemos (as ações), como fazemos (processo **da intervenção em si**) e o **resultado do que fazemos (o impacto)**. **A memória do trabalho pode ser gerada e preservada por meio de registros fotográficos, videográficos, coleta de depoimentos dos participantes, evidências físicas. É interessante criarmos**

instrumentos simples, tais como fichas ou formulários, desde que ilustrem o que foi alcançado ou não, os pontos fortes do trabalho, as oportunidades de melhoria e as sugestões para continuidade, exclusão ou inclusão de atividades.

Devemos promover encontros sistematizados para discutir o andamento do processo, apresentando os registros e partilhando experiências. O pareamento de instrumentos (quando comparamos informações sobre uma mesma situação, obtidas por diferentes instrumentos) e a triangulação (quando três ou mais pessoas analisam os mesmos registros de forma independente, para só então confrontarem suas leituras/interpretações) são fundamentais para ampliarmos a análise das informações registradas e reforçarmos a confiabilidade do processo de monitoramento.

Em resumo, o monitoramento e a avaliação das ações pressupõem:

- Definir quem participará do processo, como, por quê e que expectativas têm em relação ao processo e à coleta de informações especificamente.
- Assegurar a avaliação múltipla e integrada de todas as atividades, independente do tempo de duração e da extensão das ações.
- Esclarecer o processo aos atores envolvidos e integrá-lo à rotina de trabalho dos diferentes grupos. É necessário uma rotina de reflexão sobre o processo.
- Manter registros sistematizados e permanentemente atualizados.
- Garantir que o processo ocorra de forma longitudinal e contínua; definir prazos de acordo com o que se pretende “medir”, considerando um ponto de partida (*baseline*).
- Apresentar indicadores quantitativos (objetivamente mensuráveis) e qualitativos (subjetivamente identificados).
- A avaliação, principalmente a qualitativa, deve ser feita por

diferentes atores, representativos do contexto que se pretende monitorar. Eles devem participar continuamente do processo para que se possa garantir a confiabilidade. É necessário definir quem serão as pessoas responsáveis pelo levantamento dos dados (consultores internos).

- Também é importante criar um Conselho Consultivo, com consultores ad hoc (preferencialmente envolvendo instituições congêneres, universidades, formadores de opinião, etc.), para validar a avaliação dos consultores internos.
- Esclarecer aprioristicamente quais os interesses dos atores participantes e de que maneira os instrumentos criados pelo grupo poderão refletir essa demanda, sem comprometer a coleta de informações.
- Alinhar os indicadores à filosofia, missão, visão, valores e objetivos do trabalho, criando diretrizes para as diferentes ações.
- Promover, ainda, o alinhamento e a integração dos grupos de trabalho, mantendo a comunicação e a disseminação dos resultados constantemente.
- Para cada ação devemos traçar quais são os resultados desejados para curto, médio e longo prazos.
- Manter o mapeamento da realidade atualizado, pois é um determinante importante: necessidades indicam fatores de mudança que devem ser monitorados.
- Definir o método que será adotado no monitoramento e como será feito o levantamento das informações.
- Estabelecer quais são os indicadores de impacto psicossocial e estrutural.
- As etapas de mudança (da fase de dependência para a colaboração e a autonomia) devem ser particularmente monitoradas.

O monitoramento e a avaliação devem ser constituídos por recursos facilmente manuseados pelos diferentes atores, mantendo a linguagem clara e acessível a todos os níveis dos participantes. Não podem ser procedimentos complexos, exigindo muito tempo na sua execução, pois isso irá desestimular sua aplicação e o envolvimento da comunidade. Enfim, além de levar em consideração os interesses dos atores sociais envolvidos, o processo deve se preocupar também com o poder de generalização dos “achados”, para que possamos contextualizar as transformações identificadas dentro de um espaço e tempo.

Em geral, quando a comunidade atinge sua emancipação no processo de intervenção, os agentes externos se desvinculam do trabalho, mantendo relativa distância do cotidiano das atividades. Alguns passam a desempenhar o papel de consultores, podendo retornar à comunidade para acompanhar a continuidade das ações e colaborar pontualmente com os atores locais por um período maior de tempo, pois nem sempre os resultados emergem de imediato. As transformações psicossociais mais profundas são percebidas apenas a longo prazo.



O principal objetivo do *feedback* das avaliações é analisar, em conjunto com a comunidade, as transformações ocorridas ao longo do período, o que nos permite:

- Verificar se houve mudança, em que nível e de que tipo.
- Identificar novas ocorrências e de que maneira elas se impõem no cotidiano da comunidade.
- Ratificar e retificar a abordagem e as estratégias adotadas até então.
- Ampliar a credibilidade do trabalho perante a comunidade e demais segmentos sociais externos.
- Discutir e definir novos encaminhamentos, reelaborando o plano de ação.
- Partilhar experiências, minimizando as relações de poder.
- Ampliar a compreensão sobre o processo da intervenção.
- Reforçar o potencial de autogestão da comunidade e aumentar sua participação na tomada de decisão.

Ao mesmo tempo em que essas constatações nos ajudam a reposicionar a intervenção, também tocam alguns pontos essenciais do trabalho: o vínculo com a comunidade e a credibilidade dos resultados. Não deixa de ser uma forma de celebrar as conquistas, evidenciando os pontos positivos e as mudanças tanto nas condições de vida como no modo de viver da comunidade. É uma oportunidade para que a população reconheça seu potencial transformador e passe a se comprometer, ainda mais, com o “empreendimento” social.

Estreitar os laços entre os atores em campo e a população em geral pode ser muito benéfico para a continuidade da intervenção, abrindo caminho para se atingir a fase de colaboração. Isto é, se no início as pessoas pareciam reticentes quanto ao trabalho, mostrando-se inseguras na realização das tarefas, com os resultados das primeiras avaliações, podemos atestar a validade da intervenção e estimular uma postura proativa em relação às dificuldades ainda não superadas.

**Assim, paralelamente às reuniões entre os atores diretamente envolvidos com a operacionalização do plano de ação, devemos promover uma série de encontros com a população, nos diferentes segmentos da comunidade. A exemplo dos demais feedbacks, essas reuniões podem ocorrer nas casas dos moradores e nas instituições locais, tanto em forma de grupos de discussão como de assembleias. Também nesse caso, quanto mais divulgado o resultado do trabalho, melhor. E quanto mais pessoas conseguirmos envolver nas discussões, melhores chances de contemplar o conjunto da comunidade e acolher suas novas reivindicações.**

Por fim, o feedback pode ser encarado também como estratégia para influenciar a formulação de políticas públicas, chamando a atenção dos fazedores de política para as questões da comunidade. É possível mostrar os avanços e pleitear apoio estrutural, logístico e político para o desenvolvimento local. Ao discutir os resultados obtidos, independente de quais sejam eles, os atores sociais podem constatar a necessidade de criar novas regras e costumes, estabelecendo ainda normas internas para regular o cotidiano da comunidade.



## FONTES IMPORTANTES PARA ESTUDO

ABADE, F. L.; ANDRADE, I. C.; PENIDO, C. (2009). **Apoio matricial e intervenções coletivas:** uma experiência no município de Santa Luzia. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/coloquioenriquez/tcompletos/193/C%EDrculo%20de%20debates.doc>>. Acessado em 20/05/2013.

ACTALLIANCE. Church of Sweden. **Soutien psychosocial communautaire** - Manuel de formation. Disponível em: <[http://www.actalliance.org/resources/policies-and-guidelines/psychosocial/SPC\\_manuel\\_de\\_formation.pdf/?searchterm=manuel%20psychosocial](http://www.actalliance.org/resources/policies-and-guidelines/psychosocial/SPC_manuel_de_formation.pdf/?searchterm=manuel%20psychosocial)>. Acessado em 02/10/13.

AFONSO, M. L. M. (Org.). **Oficinas em Dinâmica de Grupo na área da saúde.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

AFONSO, M. L. M. (Org.). **Oficinas em Dinâmica de Grupo:** um método de intervenção psicossocial. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

AFONSO, M. L. M. Metodologia de trabalho - Intervenção psicossocial. **Revista Pensar BH.** Ed. Criança Pequena. Nov. 2002.

AFONSO, M. L. M. Notas sobre sujeito e autonomia na intervenção psicossocial. **Psicologia em Revista.** Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 445-464, dez. 2011.

AFONSO, M. L. M. O trabalho social com famílias – entrelaçamentos com os Direitos Humanos. **Rev. da Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos.** Belo Horizonte, vol. III, 2006.

AFONSO, M. L. M.; ABADE, F. L. Educação em Direitos Humanos – a construção de uma prática. **Revista da Coordenadoria Municipal de Direitos Humanos.** Belo Horizonte, vol. IV, 2007.



AFONSO, M. L. M.; ABADÉ, F. L. **Para Reinventar as Rodas: Rodas de conversa sobre Direitos Humanos**. Belo Horizonte: RECIMAM, 2008.

AFONSO, Maria Lúcia M. Metodologia dos Núcleos de Apoio à Família. **Revista Pensar BH**. Nov. 2005.

AIRHIHENBUWA, C. **Health and culture** – Beyond the western paradigm. Thousand Oaks: Sage Publications, 1995.

AIRHIHENBUWA, C.; OBREGON, R. A critical assessment of theories/models used in health communication for HIV/AIDS. **Journal of Health Communication**, v. 5, p. 5-15, 2000. Supplement.

AIRHIHENBUWA, C.; WEBSTER, J. D. W. Culture and African contexts of HIV/AIDS prevention, care and support. **Journal of Social Aspects of HIV/AIDS**, v. 1, n. 1, p. 4-13, May 2004.

AKERMAN, M. et al. Avaliação em promoção da saúde: foco no “município saudável”. **Rev. Saúde Pública** [online]. 2002, vol.36, n.5, pp. 638-646. ISSN 0034-8910.

AMMAN, S. B. **Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1980.

ANSARA, S.; DANTAS, B. S. A. Intervenções psicossociais na comunidade: desafios e práticas. **Psicologia & Sociedade**, v.22, n.1, p.95-103, Abr 2010.

ARDOINO, J. A complexidade. In: MORIN, E. (org.) **A religação dos saberes: o desafio do Século XXI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

ARRUDA, A. et al. **Representando a alteridade**. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 1998.

ARRUDA, B.K.G. **A educação profissional em saúde e a realidade social**. Pernambuco: IMIP, 2001.



AVRITZER, L. (Org). **Cadernos de assistência social**. Belo Horizonte: Núcleo de Apoio à Assistência Social (NUPASS), UFMG, 2006.

BADIOU, A. **Ética**: um ensaio sobre a consciência do mal. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BAR-TAL, D. **Shared beliefs in a society** – Social psychological analysis. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000.

BARBIER, R. **Pesquisa** - ação na instituição educativa. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BAREMBLITT, G.. **Compêndio de análise institucional**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

BAUMAN, Z. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

BERGER, P. L.; LUCKMAN, T. **A construção social da realidade**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BLANQUES, A. M. Um projeto de intervenção social visto pelos seus agentes: estudo psicossocial do Programa de Saúde da Família. **Psicol. USP**, v.21, n.4, p.809-831, 2010.

BORGES, C. A. M. Rede e inclusão social. **Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária**. Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**: Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BRANDÃO, C. R. **Pesquisa participante**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.



BRANDÃO, H. H. M. **Introdução à análise do discurso**. 8. ed. Campinas: Unicamp, 2002.

BRANDÃO, I. R.; BOMFIN, Z. A. C. **Os jardins da psicologia comunitária**: escritos sobre a trajetória de um modelo teórico-vivencial. Fortaleza: Pró-Reitoria de Extensão da UFC e ABRAPSO-Ceará, 1999.

BROSE, M. **Metodologia participativa**. Uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

CAMPOS, G. W. de S. A mediação entre conhecimento e práticas sociais: a racionalidade da tecnologia leve, da práxis e da arte. **Ciênc. saúde coletiva**. v.16, n.7, p. 3033-3040, Jul 2011.

CAMPOS, R. H. F. et al. **Psicologia social comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 1996.

CANDAU, V.M.F. (Org.). **Oficinas pedagógicas de Direitos Humanos**. 5a. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CANIATO, A. M. P.; TOMANIK, E. A. **Compromisso social da psicologia**. Porto Alegre: ABRAPSOSUL, 2001.

CAPLAN, R. The importance of social theory for health promotion: from description to reflexivity. **Health Promotion International**, Oxford University Press, v. 8, n.2, 1993.

CARO, S. M. P.; GUZZO, R.S.L. **Educação social e psicologia**. Campinas: Alínea, 2004.

CARVALHO, A. I. **Conselhos de saúde no Brasil**: participação cidadã e controle social. Rio de Janeiro: FASE/IBAM, 1995.

CARVALHO, M.; BARROS, R. P.; FRANCO, S. Índice de desenvolvimento da família (IDF). In ACOSTA, A. R.; VITALE, M. A. (orgs). **Família**: Redes, laços e políticas públicas. São Paulo, IEE-PUCSP, 2003.



CFP/CREPOP.CONSELHOFEDERALDEPSICOLOGIA.CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS. **Referências técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS, 2007.** Disponível em: <[www.crepop.org.br](http://www.crepop.org.br)>. Acessado em 15 mar. 2008.

CODO, W. et al. **Indivíduo trabalho e sofrimento uma abordagem interdisciplinar.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

CODO, W. et al. **Sofrimento psíquico nas organizações: saúde mental e trabalho.** Petrópolis: Vozes, 1995.

COLETE, Maria Madalena. **Moderação.** Rio de Janeiro: SERE. Disponível em <[www.sere.com.br](http://www.sere.com.br)>. Acesso 04/07/05.

CONTANDRIOPOULOS, D. A sociological perspective on public participation in health care. **Social Science & Medicine**, n. 58, p. 321-330, 2004.

CORDIOLI, S.. **O enfoque participativo com grupos.** Disponível em: <[www.campinas.sp.gov.br/funcionalismo/curso\\_egds/material/txt\\_apoio\\_sergio\\_cordioli.pdf](http://www.campinas.sp.gov.br/funcionalismo/curso_egds/material/txt_apoio_sergio_cordioli.pdf)>. Acessado em 25/09/2005.

CROIX-ROUGE. Centre de Référence de la Fédération Internationale pour le Soutien Psychosocial. **Les interventions psychosociales – Manuel.** Disponível em: <<http://www.ifrc.org/psychosocial>>. Acessado em 02/10/13.

CZERESNIA, D. **O conceito de saúde e a diferença entre prevenção e promoção.** Disponível em:<[http://www.nuteds.ufc.br/curso/cepisf/part\\_soc/aula\\_01/material\\_complementar/AULA\\_01\\_conceito\\_de\\_saude\\_e\\_diferenca\\_promocao\\_e\\_prevencao\[1\].pdf](http://www.nuteds.ufc.br/curso/cepisf/part_soc/aula_01/material_complementar/AULA_01_conceito_de_saude_e_diferenca_promocao_e_prevencao[1].pdf)>. Acessado em 02/10/2013.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social.** 4. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001.



DEMPSEY, C.; BATTEL-KIRK B.; BARRY M.M.; COMPHP PROJECT PARTNERS. **The COMPHP core competencies framework for health promotion**. Paris: IUHPE, 2011.

DESLANDES, K.; FIALHO, N. **Diversidade no ambiente escolar: instrumentos para a criação de projetos de intervenção**. Belo Horizonte: Autêntica; Ouro Preto: UFOP, 2010.

DIAS, R. O. Pesquisa-intervenção, cartografia e estágio supervisionado na formação de professores. **Fractal, Rev. Psicol.** v.23, n.2, p.269-289, Ago 2011.

DOISE, W. Da psicologia social à psicologia societal. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 18, n. 1, p. 27-35, jan./abr. 2002.

DUARTE JUNIOR, J. F. **O que é realidade**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

EGLER, T. T. C.. Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas. **Sociologias**. n.23, p.208-236, Abr 2010. ISSN 1517-4522

FACULDADE DE SAÚDE PÚBLICA E ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE SAÚDE PÚBLICA. Anais do 13o. Congresso Paulista de Saúde Pública - O Público na Saúde Pública – A produção do (bem) comum. **Saúde e Sociedade**. v. 1, n. 1 (jan./jun. - 1992).

FÁVERO, M. H. A pesquisa de intervenção na construção de competências conceituais. **Psicol. estud.** v.17, n.1, p.103-110, Mar 2012. ISSN 1413-7372

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde Soc.** São Paulo, v.14, n. 2, maio/ago, 2005.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. 3. ed.. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987.





FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários**. 27a. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança** – um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

GAMSON, W. A. **Talking politics**. New York: Cambridge University Press, 1996.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, [s.d].

GUARESCHI, P. A. et al. **Os construtores da informação**. Meio de comunicação. Ideologia e ética. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUARESCHI, P. A. et al. **Textos em representações sociais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

GUARESCHI, P. A. **Sociologia da prática social**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

GUARESCHI, P. **Psicologia social crítica: como prática de libertação**. Porto Alegre: EDICUPRS, 2004.



GUSMÃO, D. S.; SOUZA, S. J. A estética da delicadeza nas roças de Minas: sobre a memória e a fotografia como estratégia de pesquisa-intervenção. **Psicol. Soc.** v.20, n. especial, p.24-31, 2008.

HEIDMANN, I. T. S. B. et al. Promoção à saúde: trajetória histórica de suas concepções. **Texto contexto - enferm.** [online]. 2006, vol.15, n.2, pp. 352-358.

HELLER, A. **O cotidiano e a história.** 6. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2000.

IDE, C. A. C.; FONSECA, A. S.; DOMENICO, E. B. L. **O cuidar em transformação** – Orientações para a abordagem multidimensional em saúde. São Paulo: Atheneu, 2010.

IDRC-Venture for Fund Raising. **Resource mobilization** - A practical guide for research and community-based organizations. Disponível em: <[http://www.idrc.ca/EN/Programs/Donor\\_Partnerships/Documents/Donor-partnership-guide-hyperlinked.pdf](http://www.idrc.ca/EN/Programs/Donor_Partnerships/Documents/Donor-partnership-guide-hyperlinked.pdf)>. Acessado em 04/10/2013.

JACQUES, M. da G. C. et al. **Psicologia social contemporânea:** Livro texto. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 1998.

JACQUES, M. G. C. et al. **Relações sociais e ética.** Porto Alegre: Abrapso – Regional Sul, 1995.

JANTSCH, A. P. et al. **Interdisciplinaridade: para além da filosofia do sujeito.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública:** A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

JUNQUEIRA, L. A. P. Intersetorialidade, transetorialidade e redes sociais na saúde. **Revista de Administração Pública**, 2000, 34(6):35-45, nov.-dez.



KIDDER, L. H. (Org). **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. 2. ed. São Paulo: EPU, 1987.

KLAUSMEYER, A.; RAMALHO, L.. **Introdução à metodologias participativas**. Recife: SACTES/ABONG, 1995.

KRAPPITZ, U.; ULLRICH, G.J.; SOUZA, J.P.. **Enfoque participativo para o trabalho em grupos**. Recife: Assocene, 1988.

LANE, S. T. M. et al. **Novas veredas da psicologia social**. São Paulo: Editora Brasiliense: EDUC, 1995.

LANE, S. T. M. et al. **Psicologia social: o homem em movimento**. 1ª reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1995.

LANE, S. T. M.. **O que é psicologia social**. 17. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

LARAJUNIOR, N.; Ribeiro, C. T. Análise crítica dos processos de intervenção psicossocial em comunidades e favelas. **Ciências Sociais Unisinos**, 47(2):165-173, maio/agosto 2011.

LEVY, A. **Ciências clínicas e organizações sociais: sentido e crise do sentido**. Belo Horizonte: FUMEC: Autêntica, 2001, 223 p.

LÉVY, A. et al. **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Petrópolis: Vozes, 1994.

LÜCK, H. **Metodologia de projetos**. Uma ferramenta de planejamento e gestão. São Paulo: Vozes, 2003.

LUNA, S. V. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 1997.

MACHADO, M. N. M. et al. (org.). **Psicossociologia: análise social e intervenção**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2001.



MACHADO, M. N. M. Intervenção psicossociológica, método clínico, de pesquisa e de construção teórica. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. v. 5, p. 175-181, 2010.

MACHADO, M. N. M. Pesquisa e intervenção psicossocial. **Vertentes**. São João del-Rei: 2002, v. 19, p. 7-21.

MACHADO, M. N. M. **Práticas psicossociais**. Pesquisando e intervindo. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2004.

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MATOS, F. R. N.; ALMEIDA, A. M. Projeto Russas: um exemplo de intervenção sociológica. **Cad. EBAPE.BR**. v.5, n.1, p.01-15, Mar 2007.

MEYER, D. E.E.; MELLO, D. F.; VALADÃO, M. M.; AYRES J. R. C. M. “Você aprende. A gente ensina?”: interrogando relações entre educação e saúde desde a perspectiva da vulnerabilidade. **Cad. Saúde Pública**. 2006, 22 (6): 1335-1342.

MORAES, A. F. de. Informação estratégica para as ações de intervenção social na saúde. **Ciênc. saúde coletiva**. v.13, suppl.2, p.2041-2048, dez 2008.

MORIN, A. **Pesquisa-ação integral e sistêmica**: uma antropopedagogia renovada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 229p.

MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MORIN, E. **O problema epistemológico da complexidade**. Portugal: Publicações Europa-América, 2002.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: Investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.



MOURA, D.G.; BARBOSA, E.F. **Trabalhando com projetos**. Planejamento e gestão de projetos educacionais. Petrópolis: Vozes, 2011.

NAPRA. **Relatório de atuação do Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia**. Disponível em: <<http://www.napra.org.br/publicacoes/relatorios-e-projetos-de-atuacao/>>. Acesso em 20/05/13.

NEVES, V. F. A. Pesquisa-ação e Etnografia: Caminhos Cruzados. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. v. 1, n. 1, São João del-Rei, Jun. 2006

NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade**. 3a ed. São Paulo: TRIOM, 2008.

OBADIA, I. J.; VIDAL, M. C. R.; MELO, P. F. F. Uma abordagem adaptativa de intervenção para mudança organizacional. **Gest. Prod.** v.14, n.1, p.125-138, Abr 2007.

OGIONI, A. et al. Metodologia de intervenção psicossocial e acompanhamento do processo grupal com unidades produtivas em projeto de inclusão produtiva da APRECIA. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, 4(1), São João del-Rei, Dez. 2009.

ORNELAS, J. Psicologia comunitária - Origens, fundamentos e áreas de intervenção. **Análise Psicológica** (1997), 3 (XV): 375-388.

Ortiz, M. **Desenvolvimento de um processo participativo**. Associação Brasileira de Desenvolvimento de Lideranças. Disponível em: <[www.abdl.com.br](http://www.abdl.com.br)>. Acesso em 02/07/05.

PALHARES, M. S. O método da intervenção sociológica. **Revista de Educação Pública**. Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação. v. 8, n. 14, p. 145-164, 1999. Disponível em: <<http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev14/Palhares.html>>. Acessado em 20/05/13.

PALHARES, M. S. Reflexões a partir de uma aplicação da metodologia de intervenção sociológica de Alain Touraine. Revista de Educação Pública. Universidade Federal de Mato Grosso. Instituto de Educação, v. 15, 1999. Disponível em <<http://www.ufmt.br/revista/arquivo/rev15/Palhares.html>>. Acessado em 20/05/13.

PATTO, M. H. S. **Psicologia e ideologia**: uma introdução crítica à psicologia escola. São Paulo: T. A. Queiroz, 1984.

PAULON, S. M. A análise de implicação com ferramenta na pesquisa-intervenção. **Psicol. Soc.** v.17, n.3, p.18-25, Dez 2005.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

PRADO, M. A. M. Psicologia política e ação coletiva. **Revista de Psicologia Política**, v. 1, n. 1, p. 149-172, jan./jun. 2001.

ROBERGE, M. C.; CHOINIÈRE, C. et col. **Analyse des interventions de promotion de la santé et de prévention en contexte scolaire québécois**: cohérence avec les meilleures pratiques selon l'approche École en santé. Institut National de Santé Publique du Québec. Disponível em: <<http://www.inspq.qc.ca>>. Acessado em

ROOTMAN, I.; MICHAEL, G; POTVIN, L.; SPRINGETT, J. A framework for health promotion evaluation. In: ROOTMAN, I.; MICHAEL, G; HYNDMAN, B.; McQUEEN, D.; POTVIN, L.; SPRINGETT, J. & ZIGLIO, E. (Ed.). Evaluation in health promotion: principles and perspectives. **WHO Regional Publications**. European series n° 92, 2001.

ROSEN, G. **Uma história da saúde pública**. São Paulo: Hucitec; UNESP; Rio de Janeiro: ABRASCO, 1994.



SANDOVAL, S. A. M. O comportamento político como campo interdisciplinar de conhecimento: a reaproximação da sociologia e da psicologia social. In: CAMINO, L.; LHULLIER, L.; SANDOVAL, S. A. M. (Orgs.). **Estudos sobre comportamento político**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

SANDOVAL, S. A. M.. The crisis of the labor movement and the emergence of alternative forms of working class contention in the 1990s. **Revista Psicologia Política**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, jan./jun. 2001.

SARRIERA, J. C. **Psicologia Comunitária**: Estudos atuais. Porto Alegre: Sulina, 2000.

SCHUBERT, K.; NOGUEIRA, H.; OLIVEIRA, F.M.. **Curso de Formação de Moderadores**. ILDEFES/ORPLAFES: São Paulo, 1986. Disponível em: <[www.campinas.sp.gov.br/funcionalismo/curso\\_egds/material/txt\\_apoio\\_estruturacao\\_%20de\\_%20reunioes.pdf](http://www.campinas.sp.gov.br/funcionalismo/curso_egds/material/txt_apoio_estruturacao_%20de_%20reunioes.pdf)>. Acessado em 25/09/2005.

SPINK, M.J. **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

SPINK, M.J. **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. São Paulo: Cortez, 1999.

SPINK, M. J. **O conhecimento no cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SPINK, M. J. P. **Psicologia social e saúde**: práticas, saberes e sentidos. Petrópolis: Vozes, 2003.

TAJFEL, H. **Human groups and social categories**: Studies in social psychology. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.



TANIKADO, G. V. F.; MARASCHIN, C. Pesquisa, intervenção e tecnologias: dispositivos de virtualização de coletivos. **Fractal, Rev. Psicol.** v.24, n.1, p.143-158, Abr 2012.

TEIXEIRA, C. F. Formulação e implementação de políticas públicas saudáveis: desafios para o planejamento e gestão das ações de promoção da saúde nas cidades. **Saúde & Sociedade**, 13 (1): 37-46, 2004.

THIELE, L.P. **Thinking politics** – Perspectives in ancient, modern, and

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOURAINÉ, A. O Método da sociologia da ação: A intervenção sociológica. **Novos Estudos**. Cebrap. 1 (3), p. 36-45. Julho.

TOURAINÉ, A. **Poderemos viver juntos?** Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 1999.

VASCONCELOS, E. **O que é psicologia comunitária**. 6. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

VAZQUEZ, A. S. **Ética**. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

WATZLAWICK, P.; BEAVIN, J. H.; JACKSON, D. D. **Pragmática da comunicação humana**: um estudo dos padrões, patologia e paradoxos da interação. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

ZOOP. **Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos**. Disponível em: <[www.univercidade.br/html/cursos/graduacao/ri/s\\_disc20032/pprojcoointeMetodZOPP.pdf](http://www.univercidade.br/html/cursos/graduacao/ri/s_disc20032/pprojcoointeMetodZOPP.pdf)>. Acessado em 25/09/05.



# AGRADECIMENTOS

Guardo na alma a mensagem de amor e o exemplo de dedicação da Dona Aidé Gonçalves, fundadora da Casa de Apoio Abibe Isfer, em Curitiba. Agradeço a ela por solidificar em minha prática valores como humildade e caridade.

Aos moradores do Jardim Santos Andrade, pelo acolhimento e carinho. Em especial, sou grata à Rosangela Serra, belíssima referência do que é “força viva”.

Com os voluntários e colaboradores da Casa de Apoio Abibe Isfer aprendi que sonhos partilhados nos tornam pessoas mais solidárias. A todos, minha gratidão. E à Gilka Isfer, por guardar um lugar especial para onde posso sempre voltar.

Durante os quatro anos de trabalho, nas comunidades ribeirinhas, em Rondônia, convivi com pessoas maravilhosas e que me marcaram com sua simplicidade e sabedoria. A todas elas, minha gratidão.

O incentivo do Guilherme Valle foi fundamental para me colocar na tarefa de sentar e sistematizar a experiência no campo. Obrigada, amigo-irmão!

Neuzi Barbarini, o que seria de mim sem as tuas valiosíssimas sugestões? Gratidão eterna pela revisão do conteúdo, pelo prefácio, pela amizade e por partilhar muitas das minhas inquietações éticas.

Aos amigos Silvio Eduardo Alvarez Cândido e Andréa Bomilcar, agradeço as intensas discussões sobre o trabalho no Núcleo de Apoio à População Ribeirinha da Amazônia, que muito me ensinaram a cultivar a flexibilidade.

Sou eternamente grata à Juliana e ao Irmão Joaquim, mentores espirituais que acompanham meus passos e me inspiram a praticar a compaixão na minha profissão.

Gratíssima também às professoras Tatiana Wargas de Faria Baptista, Jeni Vaitsman, Eliane Hollanda de Carvalho e Maria de Fátima Lobato Tavares, pois participar das suas disciplinas na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca-FIOCRUZ ampliou e enriqueceu meu repertório. Maravilhoso sabático acadêmico!

À Maria Luiza S. Silveira por sempre socorrer meus textos com o carinho de mãe!

Gratíssima à equipe da Wedologos pela paciência e flexibilidade para tornar esse caderno mais acolhedor!



